ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 041

PRESIDENTE - DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia!

Declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir o impacto da Lei nº 9.794/12, que altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, Lei da Pesca, e buscar alternativas.

Convido para compor a mesa o Exmº Sr. Deputado Dilmar Dal Bosco, 2º Secretário da Assembleia Legislativa; o amigo e Deputado Baiano Filho; o nobre Deputado Pedro Satélite; o Consultor Técnico-Jurídico da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, Xisto Bueno, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; representando a Câmara de Vereadores de Sinop, o Presidente Vereador Remídio Kuntz; o Sr. Arnaldo Augusto Dorileo Leite, Superintendente de Procedimento Administrativo e Autos de Infração da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, neste ato representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Vicente Falcão, que estava vindo para Sinop, mas, em atendimento a um chamamento do Governador do Estado para participar de uma reunião para tratar dos atos e ações a serem tomadas com relação à Secretaria de Meio Ambiente, teve que retornar para Cuiabá e o Arnaldo está aqui representando-o.

Também, convido para compor a mesa, representando o Prefeito Municipal de Sinop, o Sr Rogério Rodrigues, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, neste ato, representando o Prefeito de Sinop; o Presidente da Federação Mato-grossense de Pescadores Profissionais do Estado de Mato Grosso, nosso amigo Lindemberg Gomes de Lima; a Srª Julita Burko Duleba, Presidente da Colônia de Pescadores Z-16, do Município de Sinop; o suplente de Deputado Federal, nosso amigo, Roberto Dorner; o Sr. Carlos Toledo, Presidente do PDT aqui, no Município de Sinop, representando o Deputado Zeca Viana, autor da Lei nº 9.794/12; Sr. Vilson Barozzi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil daqui, de Sinop; o Vereador Nevaldir Graf, de Sinop; a Vereadora Leozenir Severo e o Vereador Mauro Garcia, também, de Sinop.

São essas as autoridades que foram relacionadas e aqui estão representadas.

Convido todos para em pé cantarmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Convido, também, para compor a mesa, o Deputado Federal Nilson Leitão.

Dizer a todos que esta Audiência Pública está sendo televisionada, via satélite. Todo esse trabalho está sendo gerado pela TV Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Inclusive, eu quero aqui agradecer toda a estrutura que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa está disponibilizando para esta Audiência Pública e não só a estrutura da TV Assembleia Legislativa, que transmite via satélite esta Audiência Pública, mas todo serviço de Cerimonial, fotógrafo, a imprensa da Assembleia Legislativa, a Taquigrafia que aqui está fazendo o seu trabalho, enfim, toda estrutura necessária para que possamos realizar uma grande Audiência Pública.

Quero, também, registrar e agradecer a presença do Presidente da Associação Comercial de Sinop, Sr. Mauro Müller; do Sr. Antônio Galvan, Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho-APROSOJA, representando, também, o Sindicato Rural; do Sr. Marcos Beckmann, representante da AMEPESCA; do Diretor da SEMA, de Sinop, Sr. Luís Callegari; do Presidente da Colônia Z-21, do Município de Peixoto de Azevedo, Sr. Luís Alves de Lima.

Ficam aqui os nossos agradecimentos, inclusive, a todos da Colônia Z-21, de Peixoto de Azevedo que se fazem presentes nesta Audiência Pública.

Agradecer, também, a presença do Coordenador Regional da Associação Mato-grossense de Ecologia e Pesca Esportiva, Sr. Renê Alves de Souza; do Secretário do PDT, de Sinop, Sr. Ricardo Júnior Santos; do Sr. Alair Antônio Alves, Técnico em Piscicultura; do Coordenador e Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-16 de Sinop e região, Sr. José Malice.

Reitero os meus agradecimentos, como eu já disse, não só à Colônia Z-21, como a todos os representantes da Colônia Z-16, do Município de Sinop, e, enfim, a todos os pescadores profissionais que aqui estão.

Nós sabemos que têm representantes, inclusive, de Alta Floresta, que aqui se fazem presentes. Ficam os nossos cumprimentos aos pescadores amadores que também estão sendo impactados pela Lei nº 9.794, os proprietários de material de pesca, aqueles que são proprietários de casa, que vendem iscas, proprietários de pousadas, enfim, todos que aqui estão por entender a importância da Audiência Pública que deste o momento em que estamos discutindo a Lei que de uma forma direta ou indireta tem impactado ou poderá impactar a vida das pessoas.

Dizer que mesmo tendo sido voto contrário à aprovação dessa Lei na Assembleia Legislativa, na oportunidade fundamentada, porque eu era contra a aprovação da Lei, nós, logo após a Lei ter entrado em vigor, tivemos o apoio de todos os Deputados Estaduais, inclusive do Deputado Zeca Viana, para que um projeto alternativo, em nome das Lideranças Partidárias, fosse redigido e votado na Assembleia Legislativa de forma que essa Lei não continuasse vigorando sem que as Audiências Públicas fossem realizadas.

Aí nós tivemos o apoio de todos os Deputados. O que de fato ocorreu. Nós tivemos a Lei nº 9.794/12 protelado o seu início de vigência para o dia 05 de novembro, quando se inicia o período de defeso, inicia-se a piracema, nós teremos mais 120 dias. Após isso, que é o período de piracema, nós estaremos na Assembleia Legislativa com todos os Deputados Estaduais subsidiados por essas 11 Audiências Públicas propondo um projeto alternativo que não impacte tanto a vida das pessoas, como nós temos percebido.

Então, a Audiência Pública é extremamente importante e eu quero mais uma vez agradecer a presença de todos.

Eu gostaria de dizer a todos da plateia que estaremos intercalando as falas das autoridades da mesa e dos técnicos com as inscrições da plateia. Quando a oportunidade for passada, cada pessoa da plateia terá condições de, em três minutos, deixar a sua mensagem, a sua sugestão, porque o importante para nós na Audiência Pública são as sugestões. Nós estamos buscando alternativas que sejam implementadas para um novo projeto de lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Eu quero, nesta oportunidade, dizer para vocês que estão abertas as inscrições. É só levantar a mão que o nosso Cerimonial irá colher o nome completo, registrar o desejo de vocês se manifestarem.

Passo a palavra, agora, ao Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Inicialmente, bom-dia a todos e a todas!

Peço licença aos componentes da mesa, Deputado Sebastião Rezende, porque todos aqui foram apresentados e como se trata de uma Audiência Pública não há necessidade de nominarmos cada um.

É uma satisfação, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Baiano Filho, que são desta terra, que moram em Sinop e são desta região, estar voltando, Deputado Federal Nilson Leitão, para a Assembleia Legislativa depois de alguns anos, agora como titular.

Eu quero me colocar à disposição do nosso povo e da nossa gente desta microrregião para que possamos fazer um trabalho em conjunto, os Deputados que já citei aqui, com os Deputados Riva, Romoaldo Júnior e Ademir Brunetto, que são de Alta Floresta, para que possamos fazer um trabalho e resolver os problemas que atingem esta região.

Quanto à questão, Deputado Roberto Dörner, Vossa Excelência que é suplente, também, sabe como é a vida de suplente, tem só o nome de Deputado, mas não consegue fazer praticamente nada, porque é imprevisível a ida e a volta. Então, eu estou muito satisfeito com isso.

Eu não estava na Assembleia Legislativa quando a Lei da Pesca foi aprovada, mas entendo que é polêmica.

O que eu quero deixar registrado, Deputado Sebastião Rezende, é a coragem que a Assembleia Legislativa teve de ao menos promover esses encontros e fazer as Audiências Públicas, independente do resultado que conseguirmos, independente de como vai ficar a lei.

Eu tenho recebido e respondido vários *e-mails*, principalmente do Sul do País - eu vim de Santa Catarina - e as pessoas questionando, parabenizando a Lei e eu colocando que está se realizando Audiências Públicas, o que está acontecendo no momento.

O que nós sentimos é a gratidão e o que as pessoas colocam, lá do outro Estado, parabenizando essa atitude que nós estamos tomando de termos tido a coragem de discutir essa questão tão importante que desde a época de Cristo, há dois mil anos, já se falava o seguinte: vamos dar a vara e não vamos dar o peixe, vamos ensinar a pescar. Isso faz sentido! Tem que continuar a pesca, sim, porque isso é bíblico e nós não podemos, também, interromper de uma hora para outra aquilo que sempre existiu. Nós não podemos ser irresponsáveis, como algumas pessoas colocaram.

Em Santa Catarina, Deputado Roberto Dörner, não precisa fazer lei nenhuma porque não tem mais peixe. Acabou.

Então, nós estamos no momento certo. Os nossos rios, ainda, têm muitos peixes e podemos salvar os que existem para que as próximas gerações usufruam desse benefício que Deus nos deu e que é para todos: os peixes e os nossos rios.

Portanto, eu quero mais ouvir, Deputado Sebastião Rezende, porque numa Audiência Pública, na verdade, nós temos mais ouvir é que ouvir as pessoas.

Vocês terão a oportunidade de dar as suas opiniões nesta Audiência Pública, aquilo que entenderem ser melhor na mudança de alguns artigos dessa Lei que foi sancionada e que, neste momento, está suspensa até que se decida isso.

Deixo aqui um abraço a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Deputado Sebastião Rezende, Vossa Excelência que é autor do Requerimento, juntamente com os demais Deputados da Assembleia Legislativa, quando cometemos um erro, nós temos que reconhecer.

Eu entendo, Deputado Dilmar Dal Bosco, que nós cometemos um erro. Não tem quem não erra. Eu acho que isso que está sendo feito, agora, deveria ter sido feito antes de a Lei ser aprovada. E tem que se ter coragem de falar isso.

Não estou aqui fazendo nenhuma crítica a nenhum colega Deputado, pelo contrário, nós erramos, mas não podemos permanecer no erro e isso nos ensina a errar menos

Deixo aqui o meu abraço dizendo que estamos felizes por continuar a trabalhar pelo meu querido Estado de Mato Grosso, principalmente pela nossa querida região do Norte de Mato Grosso.

Um abraço a todos (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Quero também aqui agradecer a presença de toda a imprensa falada, escrita e televisionada do nosso querido Município de Sinop; e todos os nossos comerciantes que se fazem presentes.

Ficam aqui os nossos cumprimentos aos servidores da SEMA, enfim, aos servidores públicos estaduais, federais e aos servidores do município que se fazem presentes.

Passo a palavra agora ao nobre Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, Deputado Sebastião Rezende, cumprimento aqui o Deputado Pedro Satélite, o Deputado Baiano Filho, o Deputado Federal Nilson Leitão e o Deputado Federal Roberto Dörner.

Sr. Presidente, falo claramente porque o meu voto quando da apreciação do Projeto de Lei foi em separado. Votei contra a Lei, porque eu acho que essa Lei prejudica em muitos fatores.

Primeiro, o Governo do Estado de Mato Grosso também tem grande culpa, como tem a Secretária de Turismo do Estado de Mato Grosso, que impuseram a aprovação.

Não é assim que funciona uma Lei quando atinge e proíbe direito milenar de muitas coisas, atingindo principalmente dois setores: a pesca amadora e a pesca profissional.

Cidades por onde passamos com as Audiências Públicas, como Barra do Bugres, Cáceres, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, foram atingidas, e muito, principalmente no turismo familiar.

Quando o Governo do Estado no ano passado criou o Fundo de Erradicação da Pobreza - e foi muito debatido na Assembleia Legislativa - e está indo para a Conta Única para pagar salários, atingiu todos os pequenos empresários, principalmente do setor da pesca, sendo que seus impostos subiram, no Simples, alguns 100%, outros 52%. Inclusive, na terça-feira estaremos tentando derrubar essa Lei, esse Fundo de Erradicação da Pobreza criado pelo Governo, como também o FETHAB, que atinge praticamente todos os agricultores de Mato Grosso - vai ser debatido na terça-feira - as taxas do DETRAN que dobraram, triplicaram, vão ser debatidas na terça-feira.

Mas eu fiz o voto em separado, Deputado Roberto Dörner, Deputado Nilson Leitão, porque no meu entendimento como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa a Lei nº 9.096, de janeiro de 2009, foi discutida, estudada junto a peritos, doutores em pesca, com a SEMA, com o IBAMA, com as universidades federal e estadual do nosso Estado, discutindo com quem entende realmente de lei.

Essa lei, por imposição, foi aprovada na Assembleia Legislativa. Se eu estivesse presente com certeza absoluta, porque eu estava de licença por motivo de saúde, teria pedido vista,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

alterado, colocado emendas para que não fosse aprovado sem ouvir a sociedade mato-grossense. É assim. Quando apresenta uma lei proibitiva tem que ouvir a sociedade.

Nenhum Deputado Estadual é contra a pesca esportiva. Ninguém é a favor de setor “a” ou setor “b”. Nós somos a favor da sociedade do Estado de Mato Grosso.

E quando você atinge pessoas mais simples do nosso Estado, como foi preso um pescador em Cuiabá - e foi parar num presídio - por causa do seu pescado, porque a lei já estava vigorando, ninguém foi lá auxiliá-lo. A lei foi imposta, não foi ouvida.

Então, a Audiência Pública requerida, e quando o projeto chegou a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da qual eu faço parte e Vossa Excelência, Deputado Sebastião Rezende, é o Presidente, nós sugerimos ao autor da Lei que fizéssemos Audiência Pública para ouvir a sociedade.

O Governo impõe um imposto depois vem a proibitiva. Acaba com o setor da pesca. Acaba com o pequeno empresário. Não é assim que se faz uma lei. Por isso eu defendo e fiz o voto em separado, contrário ao projeto de lei, mas nós não somos contra a nada, queríamos ouvir toda a sociedade atingida.

O grande fator de acabar com os peixes dos rios do Estado de Mato Grosso não é o pescador amador, não é o pescador profissional, mas, sim, muitos outros fatores, principalmente o setor elétrico, as hidroelétricas, que não tem escada de peixes, foram aprovados projetos pela própria Secretaria de Meio Ambiente do Estado sem exigir a escada de peixe. Esses, sim, são os fatores. Como o Manso, que tem um TAC com o Ministério Público Estadual, com a Prefeitura de Cáceres, com o Estado de Mato Grosso, com a Secretaria de Meio Ambiente de soltar milhares de alevinos para recuperar a barragem que foi construída e não está sendo cumprido. Por que quando dá o dano social as barragens fazem não pagam o dano social? O dano ambiental que faz os nossos rios, por que não paga o percentual de 0,5% devolvendo ao nosso Estado de Mato Grosso? Esse talvez seja um dos grandes motivos da proibição que faz essa lei da pesca.

Então, nós temos que ver os fatores que chegam para que possa contribuir.

O que o Estado de Mato Grosso fez para o meio ambiente, os governantes deste Estado fizeram para ajudar o meio ambiente do nosso Estado? O que propuseram? Na hora que chega uma dificuldade, como aqui no nosso Estado há algum tempo - e falei isso com o ex-Governador Blairo Maggi, quando ele ganhou o Motosserra de Ouro quanto à questão do desmatamento - a primeira providência é prejudicar o setor madeireiro do Estado de Mato Grosso. Não era essa a atitude. A atitude era achar, buscar e dar alternativas, condições de sobrevivência ao nosso setor madeireiro.

Como agora, poderia ter feito uma lei estudando e discutindo em Audiências Públicas, ir ao Ministério da Pesca, ir ao alinhamento, que se fala muito em política, buscar recursos para a piscicultura, dando oportunidades aos ribeirinhos, dando oportunidade ao pescador.

Por isso votei contra a lei. Não por eu ser favorável a “a” ou “b”, mas porque ela tinha que ser discutida com a sociedade, porque ela não ajudou em nada ambientalmente, o impacto social é prejudicial, principalmente às pessoas mais simples do nosso Estado, que são os pescadores comuns e os profissionais. Em todos os lugares por onde andamos eu não vi nenhum pescador profissional que depende da pesca milionário, rico. Ele depende daquilo para sua sobrevivência. Por isso eu fui contra, porque falta alternativa e oportunidade.

Era só isso, Sr. Presidente. Vamos esperar que esta Audiência Pública também seja, como as demais que eu tenho participado, proveitosa ao Estado de Mato Grosso, principalmente para que possamos revogar essa lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Vamos deixar os estudiosos fazerem um estudo com a Secretaria de Meio Ambiente, com o IBAMA, os doutores da nossa universidade, para que possam, sim, fazer uma lei que contemple o nosso Estado na questão dos rios, dos peixes, do nosso meio ambiente.

Era só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Quero agradecer as palavras do nosso amigo e companheiro, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Eu quero inclusive dizer para a nossa querida população de Sinop que os Deputados Dilmar Dal Bosco e Baiano Filho têm sido dois Deputados extremamente atuantes, têm representado condignamente a população e a sociedade sinopense. Eu precisava fazer este registro para que vocês entendam a importância de ter Deputados que cumprem com o seu papel, com a sua função e o Deputado Dilmar Dal Bosco tem feito isso, bem como o Deputado Baiano Filho, muito presente. Então, quero aqui, mais uma vez, cumprimentá-los como Deputados Estaduais que representam Sinop e a região.

Quero dizer quanto a fala do Deputado Dilmar Dal Bosco, que a cobrança que nós temos feito desde o primeiro momento, quando a Lei nº 9.096/2009 foi sancionada, para fazer com que o Conselho Estadual de Pesca pudesse efetivamente funcionar, ser instalada, porque esse Conselho faria todo esse trabalho de analisar, de acompanhar toda situação que envolve a pesca, inclusive com estudos científicos, porque só um parâmetro científico pode estabelecer o que é medida mínima e o que é medida máxima. E sem esse estudo científico não tem parâmetro suficiente dentro da legalidade para ter estabelecido. É por isso que nós fomos contrários quando estabelece essa medida máxima, porque nós não temos parâmetros efetivos para estabelecer isso, e o Conselho Estadual de Pesca, com certeza, faria esse trabalho, daria suporte inclusive de buscar alternativas para o pescador profissional, capacitando os pescadores profissionais, o Conselho traria para dentro do órgão toda essa estrutura necessária, inclusive trabalhando projetos para captar e viabilizar recursos junto ao Governo Federal. E nós temos hoje condições de viabilizar recursos financeiros para ajudar não só o pescador profissional, que sobrevive eminentemente do seu trabalho, da pesca. E nós vimos depoimentos marcantes nas Audiências Públicas anteriores, que sensibilizam todos, depoimentos de pessoas que sustentavam suas famílias com a pesca. E o pescador amador, na sua grande maioria, é sério, é determinado, é consciente, sabe que, se ele destruir, se ele pescar de forma predatória, ele vai destruir o local de onde ele tem tirado o sustento para si e para sua família.

Então, o pescador profissional é consciente e tem sido, inclusive, a grande maioria, fiscal dos rios, tem inclusive denunciado os grandes, aqueles que vêm e levam grandes quantidades de peixe dos nossos rios.

Então, é importante e é por isso que eu faço esse registro. Nós temos batido muito na tecla junto ao Governo do Estado sobre o Conselho Estadual de Pesca. A sua instalação é imprescindível e, infelizmente, passaram aí três anos e seis meses depois da Lei nº 9.096 implantada, que estabeleceu quatro meses para que o CEPESCA fosse instalado, o que infelizmente não aconteceu.

Mas nós queremos crer, Deputado Baiano Filho, que agora, com todo esse trabalho, com as Audiências Públicas, o Governo do Estado está sensibilizado e entendendo que o CEPESCA, que o Conselho Estadual de Pesca é imprescindível. E não tenho dúvida, Deputado Dilmar Dal Bosco, que isso vai acontecer.

Passo a palavra ao nosso companheiro Deputado Baiano Filho.

O SR. BAIANO FILHO - O meu bom-dia a cada amigo, a cada amiga de Sinop, da minha querida região norte do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Cumprimento o Deputado Sebastião Rezende, autor do Requerimento que propôs a realização das Audiências Públicas que estão buscando, junto aos diversos segmentos envolvidos nesse tema, subsídios para que nós possamos avançar.

Deputado Sebastião Rezende, teve o apoio nesse Requerimento de todo o Parlamento Estadual, porque tivemos a visão de que não há problemas de voltar atrás. Se tem erro, vamos corrigir o erro. O ruim é insistir no erro. E Vossa Excelência, com todo o apoio do Parlamento, presidido pelo Deputado Riva, tem tido as condições para percorrer Mato Grosso, para ouvir a sociedade, para receber as críticas e sugestões, consequentemente teremos todos nós sabedoria para, num momento à frente, apresentar uma nova proposta.

Cumprimentar o meu amigo Deputado Dilmar Dal Bosco, com quem tenho me relacionado muito bem lá na Assembleia Legislativa nas questões do norte, de Sinop, nos mais dos diversos temas; o Deputado Estadual Pedro Satélite, que volta definitivamente para a Assembleia Legislativa, ele que tem uma dedicação de quase duas décadas às causas do norte de Mato Grosso neste Estado; o Deputado Federal Nilson Leitão, que representa a nossa querida região no Congresso Nacional, que tem dado, de forma decisiva, sua contribuição para o Estado e para Sinop, ao lado do Deputado Federal Roberto Dorner, que também tem se empenhado pelas necessidades do nosso Estado; o Xisto Bueno, que aqui representa o nosso querido Presidente, Deputado Riva; o Arnaldo Augusto, que representa, neste momento, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Vicente Falcão; Vereador Remídio, Presidente da Câmara Municipal de Sinop; também o Rogério Rodrigues, que é o nosso Secretário Municipal de Meio Ambiente e que, neste momento, representa o Prefeito Juarez Costa; o Lindemberg Lima, Presidente da Federação de Pescadores Profissionais do Estado; a dona Julita, que é da nossa Colônia de Pescadores Z-16 de Sinop e de toda a região; os segmentos representativo, em nome do Mauro Müller, da Associação Comercial de Sinop; o Antônio Galvão, que é do nosso Sindicato Rural e também da APROSOJA; o Luiz Calegari; enfim, saudar os nossos pescadores e as pessoas que vieram para este momento especial.

Eu entendo que o tema, por mais que traga divergências, vem num momento importante para o Estado de Mato Grosso, um momento em que precisamos fazer discussões no sentido de proteção; discussões no sentido de oportunizarmos proteção de alevinos, o que acontece com pouca força no Estado de Mato Grosso; preservação, é claro; e, acima de tudo, proteção, como bem disse aqui o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Sebastião Rezende, e também o Deputado Dilmar Dal Bosco, da produção de vocês, dos senhores e senhoras que são os nossos queridos pescadores, que há décadas sobrevivem da pesca no Estado de Mato Grosso.

Este momento é o momento para que todos possam se posicionar, para que todos possam trazer as suas sugestões, as suas ideias, as suas críticas para que venhamos a construir um novo modelo, venhamos a construir um novo projeto.

O projeto de lei aprovado pela Casa e sancionado pelo Governo, por mais que esteja paralisado temporariamente, teve a intenção de avançar. Errou? Vamos corrigir os erros. Quais os erros que são possíveis ser corrigidos? De que forma faremos essa correção? De que forma vamos permitir a pesca e também a preservação e de que forma vamos fazer essa fiscalização?

Eu acho, Deputado Sebastião Rezende, que essa Audiência Pública em Sinop, as já realizadas e as que serão realizadas vão dar embasamento suficiente a Vossa Excelência, como Presidente da Comissão, como também a toda Assembleia Legislativa para que o novo projeto, um projeto discutido com a sociedade, possa ser apresentado num momento lá na frente. Se nós tivéssemos feito isso, e não temos medo de admitir o erro, lá atrás, antes da aprovação desse projeto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

que causou polêmicas, algumas delas com razão, outras não, nós não estaríamos num momento de hoje aqui, mas teríamos que ter estado num momento lá atrás.

Eu acho que a Assembleia Legislativa demonstra grandeza, inteligência, sabedoria de reconhecer que é preciso conversar sempre com a sociedade, mesmo que tenhamos que dizer em alguns pontos que não é possível atender os anseios da sociedade. Eu acho que Vossa Excelência teve a iluminação e tem o nosso apoio. E quero dizer aqui aos amigos de Sinop, até porque às vezes nós somos bastante criticados, que quem está aqui também não tem a obrigação de conhecer as nossas atividades, não tem a obrigação de conhecer as nossas ações lá nos Parlamentos Estadual e Federal, mas tem a obrigação de, no mínimo, ter respeito às pessoas que representam esta cidade, esta região, tanto no Parlamento Estadual como no Congresso Nacional.

Nós temos, sim, nos empenhado loucamente. É a nossa obrigação e sabemos disso. Não fazemos mais do que o nosso dever, Deputado, Nilson Leitão, mas não podemos permitir que o despreparo, aqueles que talvez tenham o mesmo objetivo de chegar ao Parlamento Estadual, usem de maneira, de modo incoerente para não entender a atuação que nós temos tido, cumprindo com o nosso dever de homem público.

Na Assembleia Legislativa, Presidente Mauro, o Deputado Dilmar Dal Bosco e eu, que tenho ajudado, temos buscado defender o setor produtivo do Estado de Mato Grosso; os empresários que pagam impostos; os madeireiros que sofrem com a fiscalização, com a classificação, enfim, o INDEA, porque queremos alternativas para que ele possa permitir o avanço desse setor no Estado de Mato Grosso. Enfim, constantemente o Parlamento debate esses temas.

E nós temos sido claros com o Governador do Estado de Mato Grosso a ponto de tomarmos, ontem, a decisão de que estaremos em reunião, em bloco, a Assembleia Legislativa, com o Governador do Estado de Mato Grosso e lhe demonstraremos, mais uma vez, os pontos que queremos que avancem; os pontos que queremos mudar no Estado de Mato Grosso. E isso nós temos feito em retribuição ao apoio que recebemos dos senhores e das senhoras para chegarmos à Assembleia Legislativa como no Congresso Nacional.

Vamos fazer uma grande Audiência Pública. Desta Audiência Pública, com certeza, os resultados serão satisfatórios. Eu imagino que a produção de alevinos precisa sair da vontade de poucos e ser a vontade de muitos; ser a vontade do Governo; ser programa de Governo como uma das grandes alternativas que nós temos para salvar e povoar os rios do Estado de Mato Grosso e não somente pedir que as pessoas que sobrevivem da pesca parem de pescar.

Então, parabéns!

Muito obrigado pela presença de todos, da nossa querida imprensa.

Não tenha nenhuma dúvida que faremos uma grande Audiência Pública e teremos um grandioso projeto de lei pela frente, também, com apoio do Deputado Zeca Viana que entende onde está certo; que entende onde é preciso mudar.

Bom-dia a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra, agora, ao nosso amigo Deputado Federal Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Bom-dia a todos e todas!

Quero cumprimentar e parabenizar os Deputados do Estado de Mato Grosso: o autor do Requerimento, Deputado Sebastião Rezende; Baiano Filho, Pedro Satélite e Dilmar Dal Bosco.

Também, cumprimentar o Xisto Bueno, Consultor Técnico-Jurídico da Mesa, neste ato, representando o Deputado Riva; nosso Suplente de Deputado Federal Roberto Dörner; Sr.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Rogério Rodrigues, representando a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Sinop; Vereador Remídio Kuntz, Presidente da Câmara Municipal de Sinop; o Vereador Mauro Garcia; a Vereadora Leozenir Severo e todos os membros desta Casa; Sr. Arnaldo, Superintendente da SEMA; Sr. Lindemberg Gomes de Lima, Presidente da Federação dos Pescadores Profissionais do Estado de Mato Grosso; Sr. Vilson Barozzi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil de Sinop; Srª Julita Burko Duleba, Presidente da Colônia de Pescadores Z-16, de Sinop e região; Sr. Carlos Toledo, Presidente do PDT, neste ato, representando o Deputado Zeca Viana, enfim, cada um e cada uma que se faz presente, a imprensa.

Primeiramente, dizer da minha alegria em ver este ato acontecendo, Srs. Deputados! É uma atitude necessária!

Sem precisar fazer um discurso partidário ou político, infelizmente a Lei trouxe certa apreensão a toda sociedade. Eu sempre digo que quando se vai elaborar uma lei ou se fazer uma obra... Se for construir uma ponte, ao invés de se enxergar aquele vago entre uma margem e outra do rio; ao invés de se enxergar o rio, ao invés de se enxergar as árvores - e é obrigatório enxergar tudo isso -, a primeira coisa que se tem que enxergar é as pessoas que estão em volta que vão receber o impacto dessa lei ou dessa obra. Se todo governante, antes de iniciar qualquer obra, seja do asfalto, de uma legislação, de uma ação ou de uma mudança, enxergasse as pessoas em primeiro lugar e soubesse, de fato, o que iria ocorrer na vida delas com a lei que está sendo criada, automaticamente teríamos um pouco mais de sucesso e menos erros nas nossas leis. Eu lamento, não tenho como não lamentar, a ausência do planejamento.

Deputados Sebastião Rezende, Dilmar Dal Bosco, Pedro Satélite e Baiano Filho, muitas pessoas no nosso Estado, que é o segundo Estado mais rico hidricamente do País e do mundo... Nós somos o segundo Estado com mais córregos, rios, grotões, olhos d'água. Então, é óbvio que quando tratamos de um assunto como esse é preciso ter um cuidado imenso. E muitas pessoas deste Estado vivem mais à beira do rio que em suas casas! Muitas! Muitas famílias, aqueles que dependem, mas, também, aqueles que são apaixonados por esse turismo, por esse lazer, por esse momento que escolheram como seu momento de lazer; aqueles que, às vezes, passam a semana lutando o dia inteiro, mas se têm duas horas de tempo pegam seus carros e vão para a beira do rio.

Então, uma Lei como essa realmente não pode negar o equívoco de ter sido aprovada sem ter sido debatida com a sociedade. É um equívoco enorme, um erro enorme, mas possível de ser corrigido.

Não posso deixar de registrar a minha posição de Deputado Federal: há, sem dúvida, nesse setor e em alguns outros setores, Deputados, uma falta de planejamento do atual Governo do Estado. E nesse setor da pesca, que é um setor imprescindível, importante, quem sabe, de premissa para a questão do turismo e até mesmo na questão da economia, faltou um pouco de sensibilidade política para entender o que poderia atrapalhar a vida das pessoas e trazer apreensão.

Aqueles que têm caminhonete, barco, talvez, sentiram o impacto, ficaram chateados, mas para aqueles mais simples, que dependem, que subsidiam suas famílias com a pesca, não foi, apenas, um desconforto. Foi como você chegar à porta da casa de um pai de família e dizer: estou tomando a sua casa. É mais ou menos assim!

Então, é claro que isso causou... O Governo sentiu e, graças a isso, estão acontecendo as Audiências Públicas.

Parabéns! Sem dúvida nenhuma, sairá dessas Audiências Públicas um resultado muito melhor e a favor efetivamente do Estado e de sua gente. Um Estado é feito das pessoas e elas têm que ser vistas em primeiro lugar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Eu quero aqui, também, colocar que tive a missão de ser Relator da Lei nº 3.814, que está tramitando na Câmara Federal, de autoria do Deputado Federal Luiz Henrique Mandetta, de Mato Grosso do Sul, que, também, está alterando toda a Legislação da Pesca no Pantanal, o Pantanal de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, obviamente.

Essa Lei está sob a nossa tutela, agora, por ser o Relator e já estão marcadas Audiências Públicas. Na Câmara Federal a Audiência Pública só pode ser feita dentro da Casa. Não pode ser feita fora, nos Estados. Mas nós solicitamos Audiências Públicas e Mesas Redondas em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul para debatermos de forma efetiva essa Lei Federal que automaticamente vai sobrepor - não é, Arnaldo? - a Lei Estadual em alguns itens no que diz respeito ao Pantanal.

Então, essa Lei é importantíssima! E quero aqui convidar a Assembleia Legislativa para participar desses debates, dessas Audiências Públicas; convidar todos vocês, prefeitos de todas as cidades que podem receber esse impacto e, também, vereadores, enfim, toda sociedade civil organizada.

Esse debate é, apenas, sobre a Bacia do Pantanal, mas atinge praticamente boa parte de todo o Estado de Mato Grosso.

Eu quero aqui, na minha participação, Deputados, dizer que eu acho que mais importante do que o controle, o equilíbrio, está efetivamente em pensar nessa longevidade que nós precisamos ter com a pesca.

Esse turismo de pesca é algo impressionante. Isso enche os aviões de estrangeiros, de outras pessoas de outros Estados, na região Norte, por exemplo, para ir até o Cristalino, para vir a Sinop. Esse turismo movimentava a economia, dá emprego ao frentista do posto, ao garçom do restaurante, ao vendedor da loja, é olhar de forma mais minuciosa o que significa esse setor para o Estado de Mato Grosso.

E não é apenas uma crítica, mas uma sugestão: o Governo do Estado deveria unir esses dois setores, que é o turismo e o meio ambiente junto com o desenvolvimento econômico, junto à Secretaria de Indústria e Comércio, e fazer um olhar de desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso com o equilíbrio.

Hoje em dia - e o Código Florestal serviu muito para isso - não se pode mais discutir nenhum assunto ambiental, se não discutir o desenvolvimento econômico junto.

Aliás, Arnaldo, eu tenho uma sugestão que eu dei ao Governo: o nome da SEMA deveria ser Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, porque o meio ambiente é para desenvolver, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, é para ajudar a ter o equilíbrio da preservação, mas, acima de tudo, avançar nos seus recursos para as pessoas ganharem mais dinheiro. Então, esse setor deveria ser mais unido, o debate deveria ser a quatro mãos, a cinco mãos, junto com a sociedade civil organizada.

Então, parablenzo a vocês essa atitude mesmo pós a lei aprovada. É muito boa! É muito inteligente, mas, acima de tudo, muito humana e num olhar político de desenvolvimento do Estado merecedor.

Eu encerro deixando aqui um registro que não poderia deixar, sabendo que os nossos queridos funcionários da SEMA não têm culpa nenhuma disso... Mas, eu preciso deixar um apelo público nesta primeira oportunidade, depois de ter participado de uma reunião, na semana passada, com os setores de engenheiros florestais, SINDUSMAD, e outros na cidade de Sinop.

Então, eu quero deixar essa mensagem que está sendo transmitida pela TV Assembleia Legislativa: O Governo do Estado precisa priorizar esse setor no nosso Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Grosso. Eu não vou entrar aqui na seara política e discutir greves e outras coisas que estão acontecendo, mas não é possível mais um produtor, um empresário ou um dono de uma padaria ou de um posto de gasolina ou alguém que quer um poço artesiano ter que ficar numa fila um ano, dois anos para conseguir uma licença na SEMA por falta de funcionário, por falta de papel higiênico, por ar-condicionado quebrado, falta de GPS, o empresário tendo que locar veículos para a SEMA funcionar.

Isso é o cúmulo do absurdo! Isso é o absurdo! Isso é promíscuo, porque é crime! Não pode o empresário pagar para o serviço público funcionar. O Governo tem que chamar para si a sua obrigação. Não pode culpar o Secretário e a sua equipe. Ele tem que se autoculpar! Ele tem que entender o seu papel na sociedade e entender que a SEMA é a mola propulsora de desenvolvimento do nosso Estado.

Nós somos o maior Estado produtor de grãos, de carne e de tantos outros setores. Não é possível que um setor que para andar precisa da licença não funciona. Você vê as pessoas de joelhos, humilhadas ou tendo que pagar propina para liberar isso ou aquilo. Eu não tenho dificuldade de falar em lugar nenhum. Agora, tem que acabar com esse faz de conta. A SEMA virou um caso de polícia, de brincadeira, não pelos funcionários que estão lá, mas pela forma e pelo modelo que está funcionando.

Se não priorizar, governar é priorizar, essa gestão atinge “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, ou tem a condição de cumprir com o que falou, de que descentralizar, regionalizar... Não é possível um empresariado, de uma região inteira, sair de Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Matupá, para ir a Cuiabá resolver um problema ambiental. Ela tem que ser autossuficiente, regionalizada e, acima de tudo, eficiente para cuidar de um Estado que promete ser o Estado com a melhor qualidade de vida daqui a dez anos no País. Agora, tem que ser um Estado uniforme, que cresça em conjunto e realmente entenda que os órgãos do Governo têm que funcionar. E se não funcionar, fatalmente, este Estado vai cair num descrédito nacional.

Aí sabem o que é que vai acontecer? Vem de novo a Polícia Federal cuidar da gente; vem de novo o IBAMA cuidar da gente, vem o Exército e a Guarda Nacional cuidar, porque o Governo do Estado não fez o papel dele, não fez a parte dele, empurrando todo mundo, toda sociedade para a ilegalidade e para a marginalidade e, o pior de tudo isso, para a humilhação, porque é humilhação o que está acontecendo hoje. E resguardo, novamente, os valorosos e grandes técnicos que nós temos na SEMA.

Agora, não dá para o roceiro trabalhar sem enxada; não dá para o picolezeiro fazer o seu picolé sem o palito. Não dá. Para a SEMA falta o básico, falta capa de processo. Falta capa do processo. Falta gente para analisar. Quem está lá está tentando muito, fazendo um trabalho de heroísmo, pensando muito com o sentimento cívico de ver o Estado acontecer.

Mas, eu deixo aqui o meu depoimento e deixo claro: eu estou entrando com uma ação contra o Governo do Estado na obrigação de fazer, porque só falta isso agora, irmos num hospital público e ter que levar um médico a tiracolo; ir à SEMA e ter que levar tudo, a capa do processo; aí o funcionário não dá para trabalhar porque o ar-condicionado está quebrado, e vai ter que consertá-lo; não dá para fiscalizar, porque o GPS está quebrado; não dá para ir *in loco* porque não temos veículo e ter que locar o veículo.

Então, eu deixo aqui esse depoimento, que não é desabafo, porque desabafo é para o cidadão que não recebe dinheiro para trabalhar. Eu recebo dinheiro para trabalhar. Então, isso não é desabafo, não. Isso é denúncia que vou levar à justiça, ao Tribunal de Contas. Eu vou levar onde tenho que levar, porque o Estado tem que funcionar principalmente nesse setor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Agradeço e quero, aqui, usar este espaço para parabenizar todos os Prefeitos e Vereadores eleitos e reeleitos e desejar sorte.

Que Deus abençoe todos e construa um Mato Grosso cada vez melhor!

Um grande abraço! Fiquem com Deus! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra ao Dr. Xisto Bueno, Consultor Jurídico da Mesa, representando neste ato o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, que também, como eu já disse, tem nos ajudado nesse processo das onze Audiências Públicas, disponibilizando toda estrutura necessária para que este trabalho fosse feito com a maior qualidade e eficiência possível. E, seguramente, com o resultado, nós estamos convictos disso, nós teremos subsídios para fazer uma proposição que atenda os anseios da nossa população, muito especialmente daqueles que são atingidos com essa Lei.

Com a palavra, o Sr. Xisto Bueno.

O SR. XISTO BUENO - Bom-dia a todos.

Eu quero cumprimentar todos os componentes da mesa na pessoa do Sr. Presidente, Deputado Sebastião Rezende, que vem coordenar os trabalhos da nossa sexta Audiência Pública para debater os efeitos da Lei 9.794/2012, que modificou os dispositivos da Lei 9.096, Lei da Pesca.

Agradeço a presença de todos vocês que se encontram aqui, a população de Sinop.

Estou vendo faixa da Colônia Z-21, de Peixoto de Azevedo. Muito obrigado pela presença.

Esta Audiência Pública só existe com a presença de vocês, para discutir com vocês os efeitos de uma norma criada dentro do Estado de Mato Grosso.

O Deputado Riva infelizmente não pode vir, não tem podido vir, inclusive, às Audiências Públicas, que tem pedido para que eu venha representá-lo trazendo sua mensagem, dizendo que o Presidente Riva é sempre favorável ao desenvolvimento com sustentabilidade.

A postura do Deputado Riva na condição de Presidente da Assembleia Legislativa é a de debater com a população, e o Deputado Sebastião Rezende e o Deputado Dilmar Dal Bosco têm sido, desde a primeira Audiência Pública, dois grandes batalhadores pela população, pelas condições dos pescadores, dos empresários do setor, sobretudo buscando um meio termo, buscando alguma coisa que seja um projeto que venha ao encontro dos anseios das pessoas que trabalham com a pesca e ao encontro dos anseios, por assim dizer, ambientais.

Tem sido muito debatido e muito questionando nas Audiências Públicas todas as pesquisas que serviram de subsídios para a criação da Lei nº 9.794. As pessoas todas têm solicitado que haja debate com a sociedade, que haja uma efetiva pesquisa para saber até onde que essa Lei pode ser mudada, até onde ela é eficaz ambientalmente, até onde as coisas podem acontecer.

Até agora, salvo duas pessoas que falaram em Cáceres - foi isso, Deputado Sebastião Rezende -, todas as falas que nós tivemos foram contrárias ao Projeto que se tornou Lei.

Já disse o Deputado Pedro Satélite, o Deputado Baiano Filho, o Deputado Dilmar Dal Bosco e também o Presidente desta Audiência Pública, o Deputado Sebastião Rezende, que parece que houve uma falha.

Como disse agora há pouco o Deputado Pedro Satélite, se porventura houve a falha, vamos corrigir. As Audiências Públicas têm se prestado a isso, a ouvir os senhores, ver os efeitos sociais que essa modificação na legislação teve e verificar o que é necessário para a correção. É para isso que estamos aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Muito obrigado a cada um de vocês. Vou deixar para fazer um pronunciamento mais ao final, para que eu possa ouvir a sociedade de Sinop e de Peixoto de Azevedo que estão presentes, ouvir técnicos que porventura estejam presentes, pessoas favoráveis a Lei nº 9.794, pessoas contrárias. O nosso objetivo primeiro aqui é o de ouvi-los, por isso é uma Audiência Pública, afinal de contas.

Muito obrigado a todos, obrigado toda a Mesa, obrigado Presidente, muito obrigado Câmara Municipal, setor da pesca, Deputados Federais aqui presentes e, sobretudo, muito obrigado população pela presença (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra agora também ao Sr. Carlos Toledo, que é o representante do Deputado Zeca Viana, que é o autor da Lei nº 9.794/12.

Com a palavra o Sr. Carlos Toledo.

O SR. CARLOS TOLEDO - Primeiramente, agradeço a Deus por estarmos aqui.

Eu quero cumprimentar o Deputado Sebastião Rezende, o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Federal Roberto Dorner; o Rogério, representando o Prefeito Município; o Presidente da Câmara; o Deputado Baiano Filho, que tem relevantes serviços prestados para o nosso Norte de Mato Grosso - acompanho a sua carreira. Espero que os demais Deputados que aqui estão, o Deputado Dilmar Dal Bosco e tantos outros conquistem também essa luta que o Deputado já conquistou.

Cumprimento o representante do Presidente da Assembleia Legislativa, Xisto Bueno; o Presidente da Associação dos Pescadores; a Julita, nossa companheira, amiga, sabemos da sua grande luta; o Vilson, representante da OAB; a Vereadora Leozenir; o Mauro Garcia; o Deputado Federal Nilson Leitão, que saiu da Mesa; o povo de Sinop, população que se faz presente.

O Deputado Zeca Viana me disse ontem, quando eu falei a ele: Excelência, o senhor deveria ir a Sinop. Ele falou: “Não me chame de Excelência, Excelência é o povo.”

Eu disse a ele: Então eu me coloco à disposição. E aqui quero falar como povo de Sinop, como cidadão que em 1985 veio a esta cidade trabalhar, e também como todo cidadão.

Fui trabalhar no SENAI, no Projeto do PENUD, para o desenvolvimento da região Norte, formamos centenas e centenas de profissionais. Fomos o pioneiro na importação, fomos o pioneiro na exportação de madeira e outros segmentos, incentivando este povo aqui.

Tivemos que sair de Sinop por um período de 10 anos, mas não fomos embora, fomos ao Paraná procurar um pouco mais de conhecimento, militar, estudar um pouco mais e retornamos a Sinop, feliz por aqui estar.

Não vou entrar no mérito da lei.

Compreendo que o Poder Legislativo, tanto municipal, como Assembleia Legislativa, como Câmara Federal têm todos os poderes para pedir Audiências Públicas, como, no caso, a Assembleia Legislativas.

Eu sei que esse projeto tramitou um período lá, como disse o Deputado Dilmar Dal Bosco, que é Presidente da Comissão de Meio ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, que eu acho que deveria ter reivindicado isso, cobrei isso do Deputado Zeca Viana: Vossa Excelência errou nisso. E ele concordou. Ele se colocou à disposição, inclusive disse a mim para transmitir a todos o cidadão de Sinop, aos Deputados que aqui estão, que ele está à disposição, ele está do lado, confia nos Deputados que aqui estão, pediu-me que transmitisse a todos os Deputados que essa questão - pelo que eu entendi do jurídico aqui -, é para uma alteração legislativa.

Agora jogar a culpa só em cima do Deputado Zeca Viana... Eu, como companheiro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

do Partido do PDT, tenho que defendê-lo, porque o político tem que ter coragem para tomar medidas difíceis e propor uma lei.

Por exemplo, no Paraná, eu vivi ao lado de ITAIPU, com Nelton Friedrich, hoje Coordenador de ITAIPU, com as questões dos alevinos, dos laboratórios, das bacias de água e das nascentes de água e de toda medida ambiental, porque não devemos chamar de meio ambiente, Secretário.

Eu quero falar que eu acredito que o Governo do Estado, o Município, o Governo Federal... Essa questão, por exemplo, não é fiscalizar, acompanhar. O pescador cuida do rio. Todos. Eu, que vou de vez em quando, uma vez por mês, cuido do rio. Se eu vejo alguém armando uma rede, tomo uma medida.

Então, o município tem que ter um cuidado - tem uma ponte no rio -, tem que ter um acompanhamento, o município tem que acompanhar isso.

Eu diria que para todas as leis às vezes não é possível realizar Audiências Públicas, mas as Audiências Públicas são necessárias em todos os sentidos.

Nós enfrentamos no Paraná uma questão ambiental coma ex-Ministra Marina Silva, percorremos a Serra da Esperança com dez mil famílias e ela não criou o parque nacional, que já era uma unidade de conservação.

Então, meus amigos, eu estou aqui transmitindo para vocês as palavras do Deputado Zeca Viana de que ele está à disposição, o gabinete dele está lá à disposição para qualquer cidadão, grupo ou associação. Ele não está fugindo, ele confia nos Deputados que aqui estão para representá-lo nesta Audiência Pública.

Foi um consenso - não foi, Deputado? - estas Audiências Públicas.

Eu quero aqui transmitir os parabéns para os senhores e dizer que eu não estou aqui para...

O protesto e a crítica têm que ser colocados, mas tem que ser elevado o nível, tem que ser elevado o debate, tem que ter proposição.

Não pode só, Deputado Dilmar Dal Bosco, fazer cobrança e não propor alternativas. Tem que propor a solução da coisa.

Eu falo com responsabilidade. Por que? Porque quando eu vim para Sinop, eu enfrentei aqui, Deputado Sebastião Rezende, IBAMA, Polícia Federal, fomos para Brasília, trouxemos cinco ministros com o Governador Dante de Oliveira, na época. Com o Carlos Bona - o senhor deve conhecer, que foi Secretário de Desenvolvimento do Estado - trouxemos cinco ministros, fizemos os ministros nos atender lá em Brasília. Eu gosto disso. Eu acho que é o povo que tem que ajudar a fazer as leis.

Então, eu estou feliz aqui. Quero transmitir um abraço do Deputado. E as alterações legislativas nesse projeto, não vejo no Deputado qualquer sentimento de querer... Ele poderia ter sido, nesse projeto, fazer uma grande política para ele, fazer as Audiências Públicas. Mas ele deixou à vontade para a Casa pedir.

Estou certo ou estou errado, Sr. Presidente?

Então, era isso que eu queria colocar e deixar o meu abraço a todos vocês (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Apenas para dizer, Sr. Carlos, que a nossa visão tem sido a de discutir o projeto, o impacto que o projeto tem causado, até porque cada Parlamentar na Assembleia Legislativa defende um determinado segmento, defende

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

determinados projetos. E quando há uma proposição e o projeto afeta um determinado segmento ou uma quantidade de pessoas, obviamente que há os desgastes dessa proposição, isso é natural.

Quero dizer aqui também que, com relação ao Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado, desde o primeiro momento, ali na Assembleia Legislativa, se posicionou contra a aprovação desse projeto de lei, quando ainda era projeto de lei. Inclusive, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, se posicionou contrário, mas, infelizmente, foi voto vencido, porque cada Comissão tem cinco membros, sendo que três membros posicionaram-se favoráveis. Então, ainda que o Relator tivesse um posicionamento contrário, o projeto foi para o Plenário com Parecer favorável.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Deputado Dilmar Dal Bosco procedeu da mesma forma, até porque, no primeiro momento, eu presidia a Comissão, entendendo que o projeto traria impacto na vida das pessoas, principalmente dos pescadores profissionais que hoje pescam, cumprindo a Lei nº 9.096, cento e cinquenta quilos. Todos os compromissos desses pescadores foram feitos em cima disso, fizeram PRONAF, fizeram financiamentos de barco, de motor, alguns já sustentam suas famílias com tantas dificuldades, eu diria que todos eles, sabendo que podem pescar cento e cinquenta quilos. No momento em que vem uma lei dizendo: olha, você não pode pescar mais cento e cinquenta, você só pode pescar cem quilos, você não pode pescar mais com anzol de galho. E nós vimos depoimento aqui de técnicos, inclusive, Deputado Dilmar Dal Bosco, da SEMA e do IBAMA, técnicos inclusive mestres, doutores da Universidade de Mato Grosso dizendo que em nenhum momento isso causa uma capacidade de que o pescador profissional tem, e ele fazendo de forma séria, com responsabilidade, isso não traz prejuízo.

Então, tudo isso impactou a sua vida na alteração. E o Deputado Dilmar Dal Bosco tem sido esse Deputado firme, sempre presente e com proposição, Deputado prepositivo, inclusive já elencando vários pontos de alternativas para que possamos, no próximo projeto de lei, que haverá de alterar a Lei nº 9.794, apresentar propostas.

Então, apenas para esse registro.

O Deputado Dilmar Dal Bosco quer fazer uma breve consideração e, logo a seguir, passaremos a palavra ao nosso companheiro Presidente da Federação dos Pescadores Profissionais, Sr. Lindemberg, que tem estado conosco em todas as nossas Audiências Públicas. Até quero parabenizá-lo por isso. É muito importante. Em todas as Audiências Públicas o senhor esteve presente e isso é realmente importante.

Para responder, passo a palavra ao Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Obrigado, Sr. Presidente. Só porque eu foi citado duas vezes o meu nome pelo Carlos. E quando ele falou em meu nome, em proposição, eu acho que teria que pegar no meu histórico político e ver o quanto eu tenho trabalho em proposições pró-ativas e positivas para o Estado de Mato Grosso.

Eu jamais faria um projeto igual a esse. Eu quando trabalho na Assembleia Legislativa estou em oito Comissões na Assembleia Legislativa; sou Presidente da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária; sou Vice-Presidente da Frente Municipalista; e tenho quatro Câmara Setoriais Temáticas discutindo o funcionamento do Estado de Mato Grosso, principalmente o ICMS, a questão do turismo no Estado de Mato Grosso, ajudei muito o Setor Florestal na minha Câmara Temática e tenho me dedicado muito, trabalhando bastante.

Quando o Carlos citou as proposições que os Deputados têm que fazer, eu tenho me dedicado muito, mas muito, tanto que, na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, nós votamos contra esse projeto, porque não foi ouvida a sociedade, proposição errada, impositiva e que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

não deveria ter sido aprovada na Assembleia Legislativa. Fui contra lá e fui contra na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Como o senhor defende bastante, o Deputado Zeca Viana em momento algum quis escutar nenhum outro Parlamentar. Na Comissão de Meio e Recursos Hídricos não respeitou nem na Comissão de Constituição, Justiça e Redação respeitou. Foi impositiva pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Turismo do Estado de Mato Grosso e também pelo Deputado Romoaldo Júnior, que queriam que essa lei fosse aprovada. Não é assim que proposições dão certo para o desenvolvimento do meu Estado.

Por isso, estou, Presidente, Deputado Sebastião Rezende, me defendendo desta questão, porque sou Deputado atuante na Assembleia Legislativa. Tenho defendido muito que, com o Simples Nacional, o Estado prejudica o pequeno empresário. Na terça-feira vamos discutir para que aumente o limite. Esse eu defendo: o pequeno empresário do Estado de Mato Grosso. Vossa Excelência sabe do meu projeto, inclusive, do cupom fiscal, da nota fiscal eletrônica, do SPED fiscal, ajudando o pequeno empresário. Eu trabalho em defesa do meu Estado.

Então, quando cito a questão de proposições, acho que sou um dos que mais apresenta proposições na Assembleia Legislativa, trabalha e participa de todas as Comissões produtivas para o meu Estado.

Então, só quero defender e falar que acompanhar a atuação dos Deputados faz parte, como o Deputado Baiano Filho, um grande líder, Deputado que atua e trabalha muito na Assembleia Legislativa, também muitas vezes na Câmara Municipal de Sinop. Nós temos dificuldade muitas vezes de falar da presença. Mas eu estou presente onde fui eleito, na Assembleia Legislativa, trabalhando em oito Comissões, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, como Presidente da Comissão de Revisão Territorial dos Municípios e das Cidades, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e participando de várias comissões. Trabalho, me dedico a todos os assuntos do meu Estado, defendendo o agricultor, defendendo a agricultura familiar. É esse o trabalho para o qual fui eleito.

E quando estou em Sinop, tenho andado pelo Município de Sinop, fico muito sim com a minha família, que estão presentes minha esposa e minha filha. Esse é o meu papel e tenho defendido.

Então, só para defender, Sr. Presidente, porque muitas vezes as críticas não servem. A pessoa tem que acompanhar o andamento e o trabalho que nós, Parlamentares, fazemos. Fui contra o aumento das taxas do DETRAN. Espero que o Governo reveja e volte, porque está arrecadando cem milhões de reais que não estão indo para a destinação. Não está fazendo nada com o que está arrecadando, e nós só estamos pagando cada vez mais. Fundo de Erradicação da Pobreza que não vai para o fundo, vai para a Conta Única, paga salário, e o empresário contribui. Não é esse Governo que eu quero. Por isso quero me defender em todos os momentos. Faço Oposição com seriedade, Oposição para ajudar no desenvolvimento do nosso Estado. Só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra ao nosso amigo, Presidente da Federação Mato-grossense dos Pescadores Profissionais, Sr. Lindemberg Gomes de Lima.

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Cumprimento o Deputado Sebastião Rezende, Presidente desta Comissão e, principalmente, Presidente desta Audiência Pública; o Deputado Estadual Baiano Filho; o Deputado Pedro Satélite aqui presente; o Deputado Dilmar Dal Bosco; o Xisto Bueno, neste ato, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; o Suplente de Deputado Federal Roberto Dorner; o Deputado Federal Nilson Leitão; o Rogério

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Rodrigues, Secretário Municipal de Meio Ambiente; o Vereador Remídio Kuntz, Presidente da Câmara Municipal de Sinop; meu amigo pessoal Arnaldo Augusto Dorileo, neste ato, representando a Secretaria de Meio Ambiente do Estado; o Vilson Barozzi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB de Sinop; minha amiga e grande líder do Município de Sinop, dona Julita, Presidente da Colônia Z-16; o Carlos Toledo, Presidente do PDT de Sinop; a Professora Leozenir, Vereadora do Sinop; e os Vereadores Nevaldir Graf e Mauro Garcia, de Sinop.

Antes da minha fala - o Deputado Dilmar Dal Bosco não está presente, deve ter saído - quero defender aqui, Deputado Sebastião Rezende, a postura dos Deputados Sebastião Rezende e Dilmar Dal Bosco.

Nós estamos acompanhando essa discussão desde novembro do ano passado quando nos sentamos no Auditório Pantanal, na SEMA, e aconteceu a primeira reunião para discutirmos o projeto de fechamento praticamente da pesca em todos os sentidos no Estado de Mato Grosso, inclusive, com a participação da EMBRAPA Pantanal Corumbá, que tem lá o CPP-Centro de Pesquisa Pantanal, Deputado Dilmar Dal Bosco. Então, lá começou a discussão e todo segmento científico foi contra esse Projeto de Lei.

Mas não sei por que o Deputado Zeca Viana, que gostaria que estivesse aqui presente, mas está muito bem representado, hoje, pelo seu Assessor..

Nós precisamos de uma resposta: por que foi criado um Projeto, se nós tínhamos uma lei? E alguém citou que a Lei nº 9.096 foi muito bem trabalhada, inclusive, com a participação do segmento científico. Nesse momento, ao longo dessas discussões, nós apresentamos, inclusive, o pedido da Federação de realizar essas Audiências Públicas antes do término e principalmente antes da votação do Projeto de Lei de autoria do Deputado Zeca Viana.

Em alguns momentos, inclusive, o nobre Deputado foi até cínico comigo. Ele, inclusive, disse: “Ah, vamos proibir a pesca. Quem sabe, daqui a cinco anos, ao invés de vocês pegarem cem quilos, vamos colocar trezentos quilos para vocês.”.

Então, eu quero aqui, neste momento, compactuar com o Deputado Dilmar Dal Bosco que foi companheiro e sempre teve posicionamento contrário.

Inclusive, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação eu fui convidado para discutir, Sr. Presidente - Vossa Excelência se lembra muito bem - e os Deputados Dilmar Dal Bosco e Sebastião Rezende foram contra esse Projeto, mas foram votos vencidos. Inclusive, no pedido de vista que Vossa Excelência, Presidente, fez e o Deputado Dilmar Dal Bosco estava doente, estava ausente, os demais Deputados que estavam presentes acharam por bem votar o Projeto. E aconteceu o que o Deputado Riva colocou: “Demos um tiro no pé. Precisamos rever essa discussão.”.

Agora, vejam bem: o Projeto de Lei, hoje, Lei aprovada, com efeito suspensivo, delega poderes de fiscalização à entidades não governamentais, ONGs. Como eu disse em Cáceres, em Barra do Bugres, vou repetir aqui: é brincar com a fiscalização; é brincar com a lei. Colocar pessoas despreparadas para fiscalizar o pescador, tanto amador como profissional, é brincar de ser agente de fiscalização. O poder de fiscalização tem que ser do Estado, gerenciado pela SEMA e pela própria Polícia Ambiental. Não podemos delegar poderes para qualquer organização. Isso cria conflitos, eu sou testemunha disso, que, depois, fica muito difícil para serem contornados.

Então, é o primeiro erro nessa Lei de autoria do Deputado Zeca Viana!

Segundo: proibir o anzol de galho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

E aí o Deputado Zeca Viana nos lembra muito bem que na Lei 7.881 - está aqui o meu amigo Dorileo, que é representante do setor de infrações da SEMA, o jurídico da SEMA -, que antecedeu a Lei 9.096...

Desde essa lei, Deputado... Já estava na Lei, já estava contida no corpo da Lei, a exigência do Conselho Estadual de Pesca no Estado de Mato Grosso.

Nós entendemos que um Conselho Paritário, com todo segmento científico, com os segmentos produtivos, quer seja da pesca profissional, quer seja da pesca amadora, quer seja da modalidade pesque e solte, do turismo, teria que ser ouvido, que ser debatido para ser feita qualquer propositura de lei. Esse Conselho é fundamental!

Na Lei 9.096 nós fizemos questão de mantê-lo. Infelizmente, por falta de vontade, talvez, até do Governo, não sei de quem, e pelos enes Secretários de Meio Ambiente que passaram, pela SEMA, não tivemos a gratificante vontade do Poder Público de instituir e fazer funcionar o Conselho Estadual de Pesca. Como vamos dizer, por exemplo, que o anzol de ganho é nocivo, é prejudicial, que cria impactos, se não temos nenhum estudo? Como vamos dizer que o pacu tem que ser de 48cm, o pintado de 90cm? E o limite máximo de 90cm? Por que 1,2m? De onde acharam 1,2m no pintado? Qual estudo que criaram; que pesquisa realizaram para dizer: Não, nós temos que diminuir a cota do pescador profissional, porque ela é prejudicial para o meio ambiente?

O Deputado colocou muito bem, em certos momentos da pescaria, Sr. Presidente, que o pescador carece desses 150Kg, justamente mais no período de pesca, quando ele tem que capturar mais. Talvez, até para diminuir o impacto do prejuízo que ele teve nas pescarias que não conseguiu pescar nem 50Kg.

Então, é extremamente importante que se mantenha essa cota de 150Kg.

Colocar cota zero para o pescador amador!

Gente, Nós tivemos a experiência na Baixada Cuiabana. Nós tivemos como exemplo o Município de Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Porto Estrela, Cáceres, onde o impacto foi visível, muito grande por onze dias que essa Lei entrou em vigor.

Nós temos documentado o impacto que a economia do município, Suplente de Deputado Roberto Dorner, sofreu naquelas localidades. E tenho certeza que aqui, em Sinop, também, foi impactante. Porque proibir a pesca amadora, principalmente, volto a repetir, sem estudo nenhum, sem estatística nenhuma e dizer para o funcionário público, para o empregado, para aquele cidadão pai de família, que quer ir para o rio num feriado, num final de semana: você só pode pescar, soltar tudo, mas não pode levar nada para casa...

Lembro-me bem, Deputado Dilmar Dal Bosco, quando Vossa Excelência colocou o exemplo de uma lambretinha, lá na Assembleia Legislativa, aquele cidadão com uma criança ia com a lambretinha para pescar e trazer um exemplar. E aí o Deputado Zeca Viana vem dizer: “Não pode trazer! Não, companheiro! Tem que soltar tudo no rio de novo.”. E cadê o direito de ir e vir? Cadê o direito de se explorar o recurso natural, que é um bem público, que é o rio? Cadê o respeito com o empresário do turismo, com o cidadão que, muitas vezes, fez investimentos antevendo o grande evento da Copa do Mundo? “Eu vou me estruturar melhor para receber o turismo, principalmente o turismo doméstico, aquele funcionário público que, no final de semana, eu vou acolhê-lo”.

Quem é que vai pagar os compromissos para esses empresários agora? Quem é que vai pagar os compromissos que o pescador profissional do Município de Peixoto de Azevedo fizeram para pagar o PRONAF, aquisição do barco e do motor? Será que é o Deputado Zeca Viana que vai pagar isso? É brincar, pessoal! É brincar com famílias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Nós temos 11 mil famílias de pescadores no Estado de Mato Grosso, Deputado! Esse pessoal tem que ser ouvido! Nós não estamos aqui brincando!

O pescador de Peixoto de Azevedo não vem aqui fazer turismo, não. Vem porque a coisa está pegando nas costas dele. E ele tem compromisso. São pais de famílias que precisam retirar o peixe para pagar... Nós vimos um depoimento, inclusive, em Cáceres, onde o cidadão disse o seguinte: “O meu filho está se formando como doutor e de onde ele tirou esse recurso? Da pesca.

Então, tem que ser uma profissão respeitada, uma profissão digna de ter o respeito do Legislativo.

E é desse modo e nesse sentido que nós queremos, aqui, dizer que as Audiências Públicas não foram cedidas naquela época, mas eu tenho certeza, Deputado... Eu fico muito animado em ver aqui o Deputado Pedro Satélite, o Deputado Baiano Filho e outros Deputados Federais, inclusive, engrossando esse caldo, fazendo com que a discussão comece, também, a ter mais subsídios, principalmente, para podermos construir uma legislação que venha ao encontro às necessidades dos pescadores, quer sejam profissionais, amadores; do segmento de turismo; os empresários; comerciantes; os donos de peixaria, porque a economia do município tem, sim, uma significativa importância na pesca.

A pesca quer seja profissional, amadora, não sei, não interessa, nós precisamos garantir, Dorileo, essa atividade centenária que temos, que é a pesca profissional. Agora como é que você vai - é esse o discurso, a justificativa, estamos criando métodos para melhorar e preservar o estoque pesqueiro... Mas como eu posso preservar e como o Estado pode preservar?

E aqui tem uma preocupação do Deputado Federal quando diz da fiscalização. A SEMA está caótica, não tem nem papel higiênico lá. Nós temos 80 fiscais para fiscalizar o Estado de Mato Grosso, Deputado. A polícia ambiental também está despreparada. Então, como é que vai fazer para essa fiscalização funcionar? Precisa, sim, da responsabilidade do Governo do Estado para poder equipar melhor. Não desmerecendo aqui os funcionários, mas, precisamos que eles sejam mais capacitados e equipados para fazer funcionar a fiscalização, haja vista que estamos adentrando ao período da Piracema.

No dia 05 de novembro fecha a pesca. E nesse momento, pasmem, até 28 de fevereiro, eu sou testemunha disso, são os quatro meses que mais se retiram peixes irregulares dos nossos rios do nosso Estado, Deputado. Por quê? Por falta de fiscalização. E aí a culpa vem para o pescador profissional, que respeita o período de defeso; o pescador amador, que não vai nem no rio. Qual é a culpa desses senhores? A culpa é do Estado, porque não equipou e não tem fiscalização.

Quais são as medidas que nós podemos tomar sem precisar chegar ao cúmulo de imputar e engessar a pesca? Porque você criar lei e dizer assim: heii, companheiro, você não pode pescar o dourado, o pirarucu, o piraíba, o pintado. Tem que ser noventa centímetros e você só pode pegar um metro e dois. Primeiro, você tem que educar o pintado, colocá-lo na escola para quando chegar à balança com um metro e três não pode ser pescado, pegar o anzol, porque eu estou em cima da medida que o Deputado colocou. É brincar!

Ah, o pacu tem que ser quarenta e oito centímetros, está quarenta e cinco e está difícil. Mas até cinquenta e cinco centímetros. Aí o companheiro tem que fazer uma viola de cocho e ficar cantando no porto: heii, pacu, acima de cinquenta e cinco não venha aqui, não. É brincar! É brincar com a profissão!

Agora, qual é a saída para isso, Deputado? Nós temos várias saídas. Uma delas é que não podemos cuidar do peixe sem cuidar da água que ele vive. O peixe vive 100% da vida dele na água. Se não temos qualidade de água, a exemplo da Baixada Cuiabana que não tem nenhum

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

projeto do Governo do Estado para proibir o lixo, os dejetos, os esgotos que caem a céu aberto no Rio Cuiabá, de Várzea Grande, as PCHs, as hidrelétricas, a exemplo de Teles Pires, onde temos um complexo de três usinas saindo aí, o que foi feito? Daqui a cinco anos vocês vão ver se tem peixe no Rio Teles Pires. É difícil!

O que está se fazendo para conter essas grandes PCHs? As UHFs nem se falam! Só lá no CONSEMA já tem cento e poucas aprovadas. Abaixo de Furnas, de Manso, vai ser construída uma do Grupo Votorantim. E aí dizer: não, pescador, é você que está impactando o estoque pesqueiro nos nossos rios.

Pessoal, alguém falou em repovoamento de rio, que eu chamo de “repeixamento”, tem que ser feito, é uma das providências.

Eu vejo aqui um projeto de piscicultura muito interessante. Tem o momento de ser discutido? Tem.

Talvez, dona Julita, nós possamos usar esse Projeto para fazer o repovoamento do rio. Sabendo, inclusive, por meio do Conselho de Pesca, em quais áreas serão soltos esses alevinos. Porque não podem soltar alevinos de qualquer jeito. Nós temos que ter área de proteção para eles, tem que saber se lá ele vai ter abundância em alimento, para não fazer o que o Murilo Domingos e o ex-Deputado Sérgio Ricardo faziam: mandavam soltar alevinos na beira do Mané Pinto, na boca da Prainha, e diziam que estavam fazendo um trabalho ecologicamente ambiental.

Outra questão, o controle de Jacaré. Todo mundo fala na questão do Jacaré, e aí aparece um monte de sabido dizendo que jacaré come borboleta, come gafanhotos, come sapo, mas não come peixe. Come até o cidadão! Se deixar lá, ele come! Eu tenho pescador sem o braço, porque foi mordido, comido por jacaré. Precisa, sim, fazer os estudos.

E cadê o Conselho? Agora era hora de um Conselho, Deputado Sebastião Rezende, fazer estudo e dizer: é viável o abate controlado do jacaré para melhorar o estoque pesqueiro dos nossos rios. É essa a determinação que o Conselho de Pesca tem que fazer! Mas não tem.

Por uma vontade que eu não sei de quem, Deputado Sebastião Rezende, esse Conselho até hoje, seis anos, não funciona! E aí a culpa cai em quem?

Alguém já viu a corda arrebentar do lado mais forte? Eu nunca vi. Só arrebenta do lado mais fraco. Não é? E o lado mais fraco são os pescadores amadores e profissionais.

Temos certeza absoluta e estou muito animado, Deputado! Agradeço aqui, mais uma vez, a postura de Vossa Excelência, Deputado Sebastião Rezende, e do Deputado Dilmar Dal Bosco que sempre estiveram do nosso lado na Assembleia Legislativa e agora engrossando o caldo o Deputado Pedro Satélite, o Presidente Deputado Riva, a quem agradeço em nome do Xisto Bueno por tudo que fez, suspendendo lá, em conjunto com os Deputados, a validade daquela Lei e fazendo com que possamos ter tempo para discutir.

Tenho certeza absoluta que em Juína, a exemplo daqui, vai ter uma participação muito grande dos envolvidos. E fechando em Cuiabá, no dia 09 de novembro, onde teremos a maior Audiência Pública, eu tenho certeza que teremos quase que cem por cento dos Deputados e subsídios suficientes para criar uma legislação que venha à contento de todos, da natureza do pescador, do homem que da natureza, que são os pescadores.

Valeu gente! Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Nós já vamos ouvir os nossos amigos da plateia, vamos intercalar, ouvindo a mesa também.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Beckmann, que é o representante da AMEPESCA, que terá três minutos para se manifestar no microfone que está a nossa direita.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. MARCOS BECKMANN - Bom-dia!

Quero primeiro agradecer os Deputados por estarem iniciando estas discussões.

A Lei nº 9.096, ao meu ver a melhor Lei que já foi criada no Estado de Mato Grosso com relação a pesca profissional e pesca amadora, não foi tão discutida, pelo menos no interior, pode ter sido discutida lá em Cuiabá, mas aqui não.

Então, eu quero realmente agradecer o empenho dos Deputados, inclusive esse nosso amigo que criou a Lei, na questão de ter peito para colocar isso para discutir - pelo menos hoje a pesca está sendo discutida - isso é muito importante.

Então, primeiramente, quero agradecer isso por estarmos tendo a oportunidade de discutir tanto a pesca profissional quanto a pesca amadora.

Tenho duas perguntas aqui: primeiro, por que se questiona a medida máxima e não se questiona a medida mínima. Onde tem estudo? Eu quero que um se levante e me explique de onde tiraram a medida mínima. Porque falar para que trinta e cinco centímetros para uma matrinxã é uma medida coerente é uma babaquice, é idiotice.

E uma piraíba com um metro?

Gente, piraíba com um metro é um bebê, é um filhote, é uma criança. Então, isso tem que ser revisto.

Medida máxima é uma questão para manter reprodutores. Vamos fazer estudos e vamos chegar a uma medida para manter o reprodutor.

Eu quero ver o fazendeiro que mata o seu maior boi e sua melhor vaca. Eu nunca vi. Ele preserva.

Nós temos que preservar as nossas grandes matrizes. Temos que fazer o estudo, como bem disse o nosso amigo Lindemberg ali.

Então, questionamos a medida máxima? O.k. Mas temos que questionar as medidas mínimas também. Então, isso um é retrocesso na Lei nº 9.096. Era quarenta e deveria ir para quarenta e cinco e não volta para trinta e cinco.

A questão dos cem, cento e cinquenta quilos, eu não vou entrar no mérito porque os pescadores profissionais sabem bem onde que dói.

São eles que realmente sabem o que eles precisam. Então, eles têm que ser ouvidos e tem que se criar mecanismo para que eles possam realmente sobreviver.

Eu, como pescador esportivo, vejo os pescadores profissionais como os nossos maiores parceiros da pesca esportiva. Eles são os fiscais, eles podem ajudar no repovoamento, no repeixamento - como queriam falar -, para realmente ter peixe no rio. Não podemos falar em turismo, não podemos falar em nada não podemos falar em pesca profissional, se não tivermos peixe no rio.

Eu quero só complementar que a água 100% da vida dos peixes e eu acho que 100% da nossa vida também. Está certo, pessoal? Então, temos que preservar o meio ambiente.

Questão SEMA. É chover no molhado. Por que a SEMA não trabalha como deveria? Por que fiscaliza aqui e não fiscaliza ali? Questão política? Não entendo. Realmente eu não entendo.

Eu tenho aqui em minhas mãos um *dvd*, que eu vou entregar ao Presidente da mesa, mostrando o trabalho da SEMA na região de Sinop. Eu só posso falar da região de Sinop porque é onde eu vivo. Aqui explica o que vem acontecendo com a fiscalização em nossa região. Tem lugar que vai. Tem lugar que não vai. Têm denúncias que são vistas não são tomadas atitudes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Temos um exemplo no Rio Verde que foi mostrado, uma gaiola que tampa a boca de uma lagoa. Os tucunares estão doidinhos para entrar na lagoa e não conseguem entrar, gente! Tem uma porta lá. Será que vamos ter que ensinar os tucunares a baterem na porta para poder entrar? E está ali na cara de todo mundo - a *TV Centro América* mostrou. Faz um ano que aquela coisa está lá e está aqui para provar. Eu não falo do que eu não sei. Certo, pessoal!

A Lei nº 9.096 é a melhor? Podemos ficar nela? Concordo. Só que precisa ser fiscalizado. Por que não se exterminou, não se extinguiu a ceva ainda? A ceva de soja é prejudicial. Ela é predatória. Ninguém paga para ir numa ceva para pegar 10 quilos. Ninguém! Todo mundo pega mais do que deve. Onde está o problema? Fiscalização. O problema não está na pesca profissional, o problema não está na pesca esportiva, não está na amadora. O problema está na pesca predatória. E nós temos que acabar com isso.

Eu quero saber por que a SEMA não atua. Qual é o problema? Falta de dinheiro? Discordo. Eu acho que é falta de vontade, porque se está recebendo salário, se tem camionete, se tem gasolina, se tem barco, se tem motor, vamos trabalhar, gente! Vamos pegar o predador de madrugada quando eles trabalham. O pescador profissional não tem que ir atrás, não. O pescador profissional tem endereço, tem casa, tem família, todo mundo sabe onde ele trabalha. Pescador esportivo não faz porcaria, não. Ele tem camionete, ele tem barco, tem motor caro. Você acha que ele quer perder isso? Isso é investimento, é o lazer dele. Ele preserva o rio. Então, nós temos que acabar com a pesca predatória, aquele que sai de madrugada do rio com a caminhonete cheia, que enche o *freezer* e vai vender ilegalmente.

Temos que atacar o comércio ilegal. O cara que vende legalmente tem que ser favorecido, mas o comércio ilegal tem que acabar. Para isso é preciso fiscalização, polícia. É caso de polícia isso. É ilegal? É caso de polícia.

Quanto às usinas, eu quero aqui deixar um apelo para batermos. Usinas são uma realidade, não vamos ter como escapar disso. O Teles Pires está aí, hoje não é culpa de usina que não tem peixe no Teles Pires. Hoje a culpa é da pesca predatória e de outros fatores. As usinas ainda não fizeram estragos. Vão fazer. Então, eu quero deixar aqui um apelo sobre a questão dos canais de Piracema - modelo de ITAIPU -, o único modelo do mundo que ainda funciona 30%, 20%, não sei quanto, mas funciona. As escadas não funcionam.

A PCH do Rio Von Den Steinen está fechada até agora. Os peixes estão todos na boca da cachoeira para subir e a escada está fechada.

Na PCH de Lucas do Rio Verde os peixes não sobem, os que sobem, descem, se arrebatam, e não sobem, os que sobem não voltam, e por aí afora vai. Então, nós temos que lutar pelos canais de Piracema, pegar o modelo de ITAIPU.

Outra coisa, cada município tem que se envolver na fiscalização. Não tem fiscalização que funcione, se o prefeito, se o secretário, se os vereadores não se mexerem e tentarem acabar com a pesca predatória. Eu vi isso em Guarantã do Norte, em Peixoto de Azevedo, em Sinop, em Nova Ubiratã. Vemos pesca predatória em todos os lugares onde for.

Temos que acabar com a pesca predatória. Tem que ter movimento público municipal porque a riqueza está aqui. Então, nós temos que ter movimento do poder público municipal, sim, cobrar da SEMA, ajudar a SEMA na questão estadual para que a coisa realmente funcione.

No mais, é só isso. Agradeço a oportunidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Agradeço as palavras do Marcos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Quero dizer que nós estamos sentindo falta nesta Audiência Pública do representante do Ministério Público. Seria importante se tivéssemos a presença do Promotor de Justiça, como tivemos representante do Ministério Público em Cáceres e Barra do Bugres. Seria importante ter a presença do Promotor de Justiça aqui porque seguramente estaria contribuindo com a nossa Audiência Pública.

Eu quero passar a palavra agora ao Presidente da Câmara Municipal. do nosso querido Município de Sinop, Vereador Remídio Kuntz, e já agradecer, Presidente, pela cessão do espaço para a realização desta Audiência Pública.

O SR. REMÍDIO KUNTZ - Bom-dia a todos!

Cumprimento Vossa Excelência, Deputado Sebastião Rezende e, em seu nome, todos os Deputados Estaduais; a Srª Julita e, em seu nome, todas as Colônias de Pescadores; a Vereadora Leozenir Severo; o Vereador Mauro Garcia; e todas as pessoas aqui presentes.

Serei bastante breve. Vou falar aqui não como Parlamentar, vou falar com muita propriedade como pescador.

Sou filho de pescador, muitas pessoas aqui me conhecem, incluindo o Arlindo, que está aqui. Moramos na beira do rio, há mais de trinta anos. Então, quando se fala de pesca, é um assunto que eu entendo muito.

Quero cumprimentá-la, Julita, pelo trabalho que você vem prestando na região de Sinop. Toda semana a Julita vem aqui na Câmara, pede apoio aos Vereadores, mas o Vereador é limitado e muito pouco pode se fazer. Eu ouvi falar aqui que o Vereador tem que mexer. O Vereador se mexe, trabalha muito, muito mesmo, só que o Vereador não tem poder de ir ao rio, prender ou fiscalizar. Esse não é o nosso papel. Existem autoridades competentes para isso.

Falar sobre peixe, sobre bacias, sobre proibições e sobre leis, o peixe que se pega em Sinop, algumas espécies, não se pega em Cuiabá, as bacias são diferentes.

Abaixo do Salto de Sete Quedas, a corvina tem um tipo de carne, acima do Salto de Sete Quedas ela tem outra. A piraíba, hoje, está em extinção. Poderia, sim, proibir algumas espécies de peixes, colocar a lei.

Eu, como pescador, na época, ia atrás do quê? Do pintado, da matrinxã, daquele peixe de maior valor, um peixe fácil de vender. Poderia, sim, proibir a piraíba. Não tem problema, é um peixe que demora muito para crescer.

Outro detalhe: na época da piracema, Deputado, libera a piracema lá em Cuiabá, só que o peixe na bacia de Sinop está cheio de ovada. Se libera o pescador, ele vai ao rio e abre um peixe que está cheio de ovada. Então, esse estudo tem que ser feito, porque as bacias são diferentes.

Antigamente, se fazia uma rodada com azeitona, se jogava um anzol, vinham quarenta ou cinquenta pacus para pegar azeitona. Hoje em dia você faz uma rodada e ainda tem peixe no rio, muito peixe, mas você roda um quilômetro, dois quilômetros e só aí você ver um pacu. Eu acho que não precisa proibir definitivamente a pesca. O Governo do Estado tem que tomar umas providências, repovoar os rios.

Essa semana, ontem, eu estava conversando o Vereador Mauro Garcia. Há quinze anos, tinha tambaqui no Rio Teles Pires nessa região? Não existia tambaqui. E hoje você vai lá e você pega tambaqui de dez, quinze e de vinte quilos! Por quê? Porque os açudes estouraram e o tambaqui foi para o rio. É uma prova de que, se você colocar os filhotinhos na água, os alevinos, fazer um centro... E nós temos pessoas aqui, como o Alair, que tem um sonho na vida, existe um projeto que está nas mãos do Alair, só que ninguém dá atenção para o Alair, e são varias pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Então, eu acho que... Vão proibir a pesca para o profissional? O peixe cresce muito rápido. Em quatro, cinco meses, se você soltar um piauzinho de duzentas gramas, daqui uns dias ele está com um quilo. Não precisa proibir definitivamente, basta o Governo entrar com uma ação e repovoar os rios em cada localidade com a sua espécie de peixe que está em extinção, deixando os pescadores pescarem, bem como o amador e colocar limites. E fiscalização nos rios.

Seria isso e muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passar a palavra agora ao Sr. Lair de Marchi, que também terá três minutos para se expressar. Eu tenho pedido sempre que respeitemos esse período, esse prazo, até para que todos possam ser ouvidos nesta Audiência Pública, porque temos uma relação muito grande de inscritos aqui ainda.

O SR. LAIR MARCHI - Meu bom-dia a todos! Nobre Deputado Sebastião Rezende, em nome do qual saúdo todas as autoridades presentes.

Dizer, autoridades, que o povo é soberano. Eu acho que nós temos que olhar muito para o povo e menos para as leis.

Algumas palavras eu endosso ao Lindemberg, já tinha anotado aqui, com relação à soltura de peixes. Eu acho que nós temos que fazer as leis para soltar peixes endêmicos da região e não espécies que não são da nossa região. Vamos dividir Bacia Amazônica e Bacia do Prata.

Aqui já peguei piraputanga, que não é da região. Já peguei várias espécies que não são da região. Até o pirarucu que é da região amazônica, lá embaixo, também se tem pego aqui. Então, são estudos que temos que enfatizar, ser realistas com o que está acontecendo.

Aqui neste Estado tudo se proíbe, tudo se cobra e nada se retribui. É interessante! Tudo se cobra, como a carteirinha. Onde está o dinheiro de tantos anos da carteira de pescador? Onde está colocado o pescador amador? Coitado do pescador profissional. Não temos mais peixes quase. Então, nós temos que ser...

O pescador é consciente. Agora, quem faz a fiscalização da qualidade da água deste Estado, da região Amazônica? Nós temos a EMBRAPA, nós temos a UFMT em Sinop. Conheço muito o Chico Peixe, como é conhecido, uma pessoa especializada em peixes. Ele tem falado: "Não adianta discutirmos peixe, peixe, peixe, da Amazônia, proibir, não proibir, se não tem água." Como disse o irmão Marcos, a água é vital para o ser humano, mas para o peixe mais ainda.

Nós temos que acreditar nas coisas. Vamos fazer análise das águas. Eu me coloco à disposição. Eu tenho um rancho no rio, os técnicos de lá e eu nos colocamos à disposição. Vão lá. Colham a cada dez dias, quinze, para saber como está.

Eu já vi mortandade de peixes em frente ao meu rancho, sou testemunha. Gente, sei lá o que aconteceu. Morreram todos os peixes. Não adianta nós ficarmos discutindo se vamos pescar. É gostoso ir ao rio pescar, trazer o peixe para comermos em casa, com certeza dividir com os amigos. Mas a nossa qualidade da nossa água está acabando com certeza.

Eu só deixo esse alerta: o peixe precisa de vida e a vida dele é a água. Eu gostaria que fizesse um estudo sobre a água da nossa região. E que pobreza as nossas usinas vão deixar para nós? Que legado vamos deixar para os nossos filhos, para os nossos netos? Eu estive lá faz um mês, mais ou menos, e eles explodem bombas de tremer um quilômetro do chão. Que peixe vai subir? Que peixe vai estar lá? Vão acabar com tudo, com certeza, vai ser triste, triste mesmo. Vocês vão ter oportunidade de ver Sinop com malária.

Nós temos só um lago aqui em Sinop, um laguinho pequeno dentro do município e já está dando malária. Eu quero ver daqui a alguns dias, quando alagar Sinop, o surto de malária que terá!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Então, é fácil os poderosos lá em cima, o próprio Governo fazer as coisas, mas quem sofrerá com as consequências será o povo, que é soberano, e não as leis que são feitas. A lei é fácil. Por que estamos discutindo a lei? Foi feita? Como foi feita, refaçam, desfaçam a lei.

Eu endosso as palavras do Lindemberg: poxa, nós vamos sofrer, com certeza.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra, agora, ao Sr. Rogério Rodrigues, Secretário Municipal de Meio Ambiente, neste ato, representando o Prefeito Municipal.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUES - Bom-dia a todos!

Eu quero cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Sebastião Rezende, e, em seu nome, os demais componentes desta mesa.

Em nome da Dona Julita, uma pessoa determinada, guerreira, quero cumprimentar as outras entidades presentes e a sociedade de Sinop.

Eu me sinto até feliz em ver uma lei sendo, agora, depois de criada, discutida. Nós, que conseguimos uma cadeira no CONAMA, em Brasília - e, hoje, o Município de Sinop representa todos os Municípios do Centro Oeste junto ao CONAMA -, acabamos observando e vendo onde são criadas as leis e de que forma são criadas: nos gabinetes e principalmente, quando se trata de Brasília, sem nenhum conhecimento da nossa realidade. Nenhum!

Essa Lei, pelo que vemos, foi criada em 2009, inclusive, muito boa, e alterada, depois, sem ouvir a sociedade e principalmente o Conselho, que já deveria ter sido criado, determinado e aí, sim, o mesmo criar algumas alternativas e mudanças necessárias. É assim que nós trabalhamos aqui, em Sinop.

Quando se coloca principalmente a questão de que o município precisa assumir isso, eu quero dizer, Srs. Deputados, que quando se fala em propositura coloca-se que nos municípios do Estado de Mato Grosso infelizmente não existe gestão ambiental. Fica aqui o alerta!

E se o Deputado Federal, ainda, estivesse aqui, também, a ele.

Quando se fala em meio ambiente, decide-se, também, lá. Estou vendo isso, agora, em Brasília. No Estado de Mato Grosso, também, não é diferente.

Nenhum prefeito, com exceção rara, prioriza o meio ambiente no seu município. Por isso, se colocar em propositura...

Fica aqui, Deputados, a sugestão para que se crie uma lei obrigando que o Município utilize parte do seu recurso com o meio ambiente. Por quê? Porque o meio ambiente, também, é importante. Ou não é importante? Estão cobrando fiscalização; estão cobrando a presença do Município. Porque o problema está aqui. Não está em Cuiabá; em Brasília.

Quando o Marcos colocou que é preciso fiscalizar aqui, no Município, está certo; está correto. O que o Carlos colocou está correto! É aqui que está o problema, mas é aqui que está a solução. Agora, não existe um plano de Governo, nem estadual e nem federal.

O Deputado Nilson Leitão colocou e cobrou duramente a questão do Estado de Mato Grosso à SEMA. Está acontecendo um problema, sim! Ninguém vai tapar os olhos e não colocar uma situação que está ocorrendo.

Agora, é preciso que os municípios assumam, Deputado Baiano Filho! Os municípios têm que assumir! Nós temos cento e quarenta e um municípios no Estado de Mato Grosso e acho que não temos dez municípios que fazem gestão ambiental. E o resto? Está a Deus dar!

É preciso um plano; é preciso uma lei estadual que obrigue os municípios fazer

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

gestão ambiental. Esta é uma proposta para que vocês levem adiante. Eu estou aproveitando esta oportunidade, porque sei que está sendo gravado. Para que exista gestão é preciso ter recurso. Só eu sei o que eu sofri aqui para criar a Secretaria, para lhe dar condições, para buscar recursos.

Quando eram queimados aqui quatro mil focos por ano, na época que começamos, mas, hoje, estamos com menos de cem focos no Município de Sinop, onde estavam os órgãos? Quando começou a queimar, em 2009, e nos sentimos no meio do fogo, eu busquei condições junto à Defesa Civil, ao Corpo de Bombeiros, à SEMA, ao IBAMA. Ninguém é responsável! Ninguém é dono disso! Nós assumimos e estamos entregando o município com um dos menores índices de queimada do Estado de Mato Grosso. Se queimaram este ano cento e quarenta mil focos, aqui queimaram, apenas, cento e poucos e, ainda, de forma acidental.

Então, eu quero deixar um alerta e a oportunidade para que, também, na questão da pesca seja feita gestão no próprio município, ao longo do Teles Pires. E o Marcos colocou muito bem: nós não teremos mais rio. Nós vamos ter o Lago do Teles Pires.

Eu acompanhei as Audiências Públicas para tratar da Usina de Colíder, da Usina de Paranaíta. Se tiver aqui alguns pescadores daquela região, eles nos viram lá. Criamos um Fórum para discussão sobre as Usinas do Teles Pires e, naquele momento, o Executivo e o Legislativo do Estado de Mato Grosso estavam ausentes. Estavam ausentes naquele momento das Audiências Públicas! Quando se decidiu pelas Usinas eles não estavam presentes, porque eu estava em Alta Floresta, em Colíder e em Sinop nem se fala. Porque aqui nós batemos forte graças à ajuda da sociedade.

Nós temos o Conselho Municipal de Meio Ambiente e vejo aqui muitos representantes, porque são vinte e seis entidades que trabalharam muito para não deixar acontecer o que aconteceu em Alta Floresta: em uma obra de quatro bilhões de reais não tinha nenhum estudo dizendo que iria impactar o Município de Alta Floresta. Nenhum estudo! Assim como não tinha nenhum estudo aqui, em Sinop, proporcionando condições aos pescadores.

Está escrito aqui no Parecer Técnico da SEMA: “Não foram apresentadas alternativas aos pescadores profissionais dos municípios da Usina de Sinop.”. Que estudo é esse? Que estudo é esse feito que “não foi apresentado estudo detalhado de interferência do lençol freático do Município de Sinop”?

Vossas Excelências, Deputados, no dia 22 de agosto, autorizaram a implantação, a alteração da Usina Hidrelétrica a 70Km de Sinop. Está referendado pelos senhores.

Este é o documento que nós protocolamos na Assembleia Legislativa mostrando tudo isso...

Do dia 25 de junho de 2012.

Estão aqui as reivindicações do Município de Sinop que o Conselho e a sociedade fizeram. Não fomos nós! Foram a UNEMAT, a OAB. Toda sociedade participou por meio do Conselho Municipal. Se houver problemas com a Usina e com o Rio Teles Pires, tem muitas pessoas serão culpadas.

O alerta foi dado. Está marcado, agora, para o dia 14 de dezembro, a licitação da usina e, a partir disso, só Deus sabe o que acontecerá nesse magnífico rio que nós temos.

Então, eu só gostaria de deixar proposituras e foram colocadas aqui duas: uma para que vocês estudem, trabalhem, criem, coloquem o seu jurídico para exigir que os municípios façam gestão ambiental.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

A Lei Complementar nº 140, que foi regulamentada agora em 2011, deu toda autonomia para os municípios, deu o mesmo poder da SEMA, do IBAMA e dos demais órgãos ambientais do País.

Portanto, precisa de condições, de estrutura para isso, para que possamos fiscalizar os rios, sim, principalmente os rios onde o Teles Pires, a partir de Sinop até a sua nascente, tem mil hectares de área degradada em suas APPs. Mil hectares na APP do Rio Teles Pires.

Eu sei que não é culpado o Estado, que não é culpado o IBAMA, que não são culpados os produtores. Quando se procura, ninguém é culpado. Mas o problema está aí e temos que ter uma solução, porque, senão, não adianta nem fazer análise da água por aí. Nós já sabemos o que tem dentro dela. Já sabemos o que vai acontecer com o futuro que já estamos aqui prevendo.

Então, eu só quero desejar uma ótima Audiência Pública e que se leve daqui coisas concretas e que a Assembleia Legislativa esteja presente na concretização dessas usinas que estão aqui.

Proponho, além daquela outra propositura, que vocês criem fórum de discussão, Audiências Públicas para saber o que está acontecendo com Paranaíta, com Alta Floresta, com Colíder, com Sinop, para que possamos estar juntos, sociedade, Poder Executivo, Poder Legislativo, acompanhando, e aí, sim, nós podemos reclamar depois se as coisas não acontecerem ao nosso gosto.

Então, eu desejo a todos os que visitam a nossa cidade, as entidades e aos Deputados, que saíamos daqui com grande resultado concreto, técnico, porque essa discussão é mais política do que técnica. Técnico e prático são aquelas pessoas que sabem, conhecem e estão lá pescando, que são vocês.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria de passar a palavra agora ao Sr. Luiz Scopel.

Continuo pedindo, porque nós temos muitos inscritos, para se aterem aos três minutos.

O SR. LUIZ SCOPEL - Bom-dia, Srs. Deputados; componentes da mesa; pessoal ribeirinho, pescadores; sociedade; pescador amador; pessoas que vivem do nosso cartão postal que, infelizmente, foi crucificado.

Aprovaram uma barragem que está entre as mais criminosas do mundo, que é um reservatório sanfona, onde, em três meses, retém onze metros de água e em quarenta dias abaixa. Então, o que acontece? Ele mata totalmente o rio, não são dados nossos, são dados da UFMT, que foi apresentado pelo nosso Professor Dorival. Por quatro anos nós brigamos e batemos nisso.

Quanto ao peixe, o Remídio já falou o que acontece aqui, em Sinop, algumas barragens repovoaram, porque os órgãos públicos não puderam fazer isso. Estouraram algumas barragens e os tambaquis vieram para o rio. Hoje, pesca-se tambaqui de vinte quilos e estão se reproduzindo sem problema nenhum e tambacu que também caíram aí.

Então, resolver o problema do peixe é fácil. Agora, em Mato Grosso, infelizmente, são pequenos empresários. À noite, o Governo dorme, sonha, e, no outro dia, está no *Diário Oficial* um novo imposto. Infelizmente, nós fomos assaltados.

No ano passado a minha empresa foi roubada pelo Governo, cobrando imposto retroativo a mais de vinte mil reais. Imposto retroativo, criaram a lei hoje e cobraram imposto de três meses atrás. Não pude repassar os produtos e, infelizmente, levei prejuízo.

Uma coisa que eu quero perguntar para o representante da Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

aqui, Deputado Sebastião Rezende, Presidente desta Audiência Pública, é se isto aqui tem alguma validade? Vai ter alguma validade? A lei é sancionada, então é lei.

Quando aqui, há quatro anos, nós brigamos para baixar esse nível da água e acabar com esse efeito sanfona, faça uma usina que é possível produzir a mesma quantidade de energia com a mesma altura de Colíder, Nova Canaã, é possível fazer, colocando uma turbina a mais. Mas, infelizmente, durante quatro anos a sociedade brigou, como frisou o Rogério, e parece-me que, segundo os meios de comunicação, com três assinaturas foi aprovada a usina na Assembleia Legislativa. Infelizmente, dessa mesma forma, eu estou achando que estamos fazendo aqui aquele circo que fizemos durante quatro anos, pedindo simplesmente que seja revisto esse projeto da usina, que façam o aproveitamento energético. Porém, se diminuirmos esses onze metros que vão ser de efeito sanfona, o alagamento vai cair para 35%. Não haverá mais peixe aqui e a Piracema fica comprometida, porque ela nivela a água.

Na Piracema, onde o peixe se desloca para desovar, não vai ter, porque, nessa época, o reservatório está enchendo e, então, continua naquele fluxo normal da coisa. Então, a Piracema acontece. Isso já é comprovado na Usina de Manso.

A Usina de Manso foi a maior responsável pelo problema do peixe no Rio Cuiabá, depois, vem seguido dos jacarés. Agora, parece que estão caçando passarinho, pegando grilos, gafanhotos, segundo passaram aqui para o Lindemberg.

Então, a minha pergunta: é possível repovoar o rio? Aliás, não está faltando peixe no Teles Pires; eles têm curso; eles nem mordem mais anzol; eles conseguem tirar isca só puxando. Ele pega, morde a isca e não morde o anzol, por incrível que pareça. Eles criaram um mecanismo de defesa, não só no Teles Pires, mas em outros rios também.

Isso acontece e é defesa natural do animal. Se mergulhar no Teles Pires, é um tapete de peixe. Eu falo pelo Teles Pires, não falo pelo Pantanal. Agora, proibir, comprometer essas casas de pesca que vivem disso, está errado. Uma lei só proíbe, cobra e multa. Vamos fazer leis que desenvolvem e façam crescer.

Os madeireiros estão em situação, ainda, complicada na vida, foram culpados do desmate, de tudo. Está na hora das autoridades fazerem leis que tragam a sustentabilidade e renda. Hoje, não é mais necessário falar, traga emprego, pelo amor de Deus, porque não arrumo mais gente para trabalhar. Então, não há necessidade de criar emprego, há necessidade de renda. E a nossa Assembleia Legislativa, felizmente, está muito bem, mas, infelizmente, não foi bem nessa aprovação. Deveriam ter lido pelo menos o texto e visto as consequências.

Eu acho que já avancei no tempo. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Sr. Luís, a Audiência Pública está sendo realizada exatamente com esse propósito de colher subsídios, informações, sugestões. São alternativas que vão nortear o nosso trabalho ao final das Audiências Públicas para a propositura de um outro projeto de lei que seja menos impactante na vida das pessoas como esse está sendo.

Inclusive a Mesa Diretora tem disponibilizado o Dr., Xisto Bueno, que é Consultor Técnico-Jurídico para tudo que isso que está sendo dito, além de estar sendo taquigrafado, ele está fazendo todas as anotações para trabalhar conosco nessa nova propositura, na propositura desse novo projeto de lei, alternativo a esse que aqui está.

Eu gostaria de passar a palavra para mais uma pessoa da plateia, para a senhora Adalziza Schuaise (AUSENTE).

Passo a palavra para a dona Julita Burko Dulekam, que é a Presidente da Colônia de Pescadores da Colônia Z-16, de Sinop e região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

A SRª JULITA BURKO DULEKA - Bom-dia a todos!

Bom-dia ao Deputado Sebastião Rezende. Em seu nome quero agradecer todos os outros Deputados por esta oportunidade que a Assembleia Legislativa está proporcionando aos pescadores profissionais, amadores e todos do segmento da pesca.

Quero também agradecer os Vereadores aqui presentes, que compareceram, o Presidente da Federação e todas as pessoas envolvidas, especialmente os pescadores que estão aqui presentes.

Quando eu vi aquela Lei que o Deputado Zeca Viana fez, fiquei pensando, será por que ele não consultou as classes?

Quando vamos fazer uma Lei para a maioria, temos que consultar as bases para não fazermos uma coisa errada. Não foi consultado, não foi pedido Audiência Pública para saber se aquilo era bom ou ruim.

Será que ele não sabe que um pescador precisa de ferramentas para poder pescar, para poder sustentar a sua família? Será que ele não sabe que com um anzol de linhada o pescador só vai pescar aquele peixe de escama? Será que ele não sabe que precisamos de um anzol de galho para fazermos uma espera à noite para pegarmos o peixe de couro?

Também aqui no Norte estamos tendo muito desmatamento. Têm pessoas inescrupulosas desmatando beiras de rio plantando soja até na beira do rio. Precisamos também deter a estaca, porque a estaca você coloca aquele anzol de espera à noite para no outro dia retirar. Eu acredito que esses anzóis vão pegar os peixes de couro que tanto a nossa população gosta de consumir.

Também fiquei pensando o motivo por que ele tirou a tolerância de dois centímetros dos peixes. Quando um pescador pega um peixe, ele tem um tamanho, ele até puxa um pouquinho para dar na metragem, depois, quando ele coloca no gelo, aquele peixe retrai, perde até o peso. Aí vem o fiscal fiscalizar o isopor lá do pescador e vai dizer: “Puxa, mas o teu peixe está faltando um pouquinho. Vamos lhe dar uma multa.”

Então, a Lei nº 9.096 tem a tolerância de dois centímetros e nessa lei foi revogada.

Também consideramos o pesque e solte um crime ambiental, pelo seguinte: você pescou o peixe, vai devolvê-lo, ele vai morrer.

Também o pescador amador vai pescar e vai soltar o peixe, ou ele vai ter que consumir na barranca do rio, eu pergunto a vocês todos: vamos dizer que eu sou uma pescadora amadora e estou lá pescando e no meu anzol vem um peixe grande, vamos dizer que de cinco, dez quilos. O que vou fazer? Eu vou ter que ficar na barranca quantos dias comendo aquele peixe? Ou eu vou ter que ligar para os meus amigos, conhecidos: Oh, fulana vem aqui, vamos comer esse peixe na barranca do rio, porque eu não posso levar esse peixe embora porque eu vou ser prejudicada.

Vossa Excelência entendeu?

Então, eu acho que há muitas falhas, muitas coisas que têm que serem corrigidas.

Outra coisa que também não aceitamos: fiscalização por ONGs. Não que sejamos contrários a uma fiscalização. Uma fiscalização bem feita é uma coisa muito boa, tem que ser feita, mas como eu já tenho mais de 10 anos de Presidente de Colônia, desde o Paraná que somos pescadores, viemos para cá em 85, viemos tentando até parar na BR, que era estrada de chão, queríamos descarregar a nossa mudança na beira do rio, porque achamos que era um rio bom e que poderíamos sobreviver. Nós viemos para Sinop e continuamos pescando. Então, nós vemos essas fiscalizações... Nós já tivemos muitos problemas com fiscalizações. O peixe é apreendido e perde-se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

os materiais, o barco, o motor, a carreta, inclusive até o carro fica alienado numa fiscalização. Os peixes simplesmente são tirados do pescador. O fiscal fala assim: “Vamos doar esse peixe para uma entidade, para os clubes dos idosos, um lar beneficente e eles vão consumir.”. Não estou aqui denunciando fiscais, não quero entrar em detalhes, mas não temos certeza se esses peixes são entregues a essas associações beneficentes.

A minha proposta é que na hora da apreensão de peixes eles sejam contados, medidos, pesados, seja colocado no laudo de apreensão e entregues de volta para o pescador, porque ele vai pagar uma multa sobre aquele peixe. Entenderam?

Caso ele entre na Justiça e provem que ele estava certos, como é o caso de Colíder, que aconteceu a apreensão dos peixes e dos materiais deles, porque eles declararam um dia fora da declaração de estoque e não tiveram o peixe de volta. Eles não foram ressarcidos por aqueles peixes que eles perderam.

A Lei nº 9.096 não tem essa modalidade e nem essa lei nova. Se, por exemplo, perder o peixe, perdeu. Quem é que vai pagar? Ninguém. Nunca mais ele vai ter de volta aquilo que ele sofreu para pegar e que iria sustentar a sua família.

Então, esta é uma proposta que estamos colocando, que sejam devolvidos os peixes para os pescadores, porque se ele for penalizado, ele vai pagar sobre aquilo lá, porque é uma coisa perecível.

Eu gostaria também de falar que nós estamos representando os pescadores profissionais, mas, como os amadores não têm uma associação, eles não são filiados a lugar nenhum, nós achamos justo também que os representemos.

Então, eu gostaria que revissem a lei para que eles possam pescar, que essa lei estadual venha junto com a federal, que tem tolerância, por exemplo, de dez quilos de exemplares, pode ser que seja menos, cinco quilos, três quilos, um exemplar, mas que dê oportunidade para aquele pobrezinho, que pega sua bicicleta, vai à barranca do rio pescar, traz o seu peixinho com satisfação e dá para a sua família comer.

Então, é esse pequeno que eu estou defendendo. Porque não é o grande que vai pegar o peixe e vai brincar com o peixe, vai levar aos seus filhinhos, vai andar de *jet ski*, vai andar de lancha, vai ficar lá brincando com o peixe e depois vai soltar e dizer assim: eu fiz a minha parte ambiental.

Então, eu estou aqui defendendo também o pescador amador, aquele pequeno, aquele que vai pegar pouco peixe. É como eu falei no começo: como é que ele vai pegar um peixe e vai comer no barranco do rio? Ele vai ter que levar fogareiro, vai ter que levar frigideira, vai ter que levar uma porção de coisa. Se ele não tem condições, ele vai fazer um fogo na beira do rio. Quer dizer, vai ocasionar vários problemas ambientais.

Essa é a minha reivindicação para a mudança na Lei.

Eu quero aqui agradecer muito, agradecer as pessoas que vieram de Peixoto de Azevedo, de Colíder, de Sorriso, de Cláudia, eu vi aqui muitas pessoas que vieram de fora.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Passo a palavra ao Sr. Talmai Martins, que terá três minutos (PAUSA - AUSENTE). Com a palavra, o Sr. Renê Alves de Souza.

O SR. RENÊ ALVES DE SOUZA - Bom-dia a todos! Gente, eu acho que nós temos que partir do princípio. O que nos trouxe aqui é o que ainda existe no rio, que é o peixe. Nós, Lindemberg, entendemos a sua posição, como representante da sua pasta, também entendemos vocês, como pescadores, mas temos que colocar já o primeiro ponto da importância de já ter essa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESCA -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

discussão, porque, se foi uma forma errada, como foi colocada a lei sem ter consultado vocês, o Deputado Pedro Satélite frisou, vamos voltar atrás e vamos fazer essas discussões. Só que nós também temos que colocar para não acabarem essas discussões aqui, Lindemberg.

Depois que acaba a lei, ela é sancionada ou não e encerra o ponto. Nós temos que juntar, somar forças. Eu também faço parte da AMEPESCA, sou guia de pesca, sou pescador esportivo também. Vivi na Baixada Cuiabana. Hoje moro em Guarantã do Norte, há quatro anos, mas vivi na Baixada Cuiabana muito tempo, e eu ia para a beira do rio, não me lembro o nome da senhora, sem a vara, sem anzol e sem linha, chegava na beira do rio, pegava uma linha, emendava e conseguia levar o meu sustento para casa. Hoje, lá no São Gonçalo - Beira Rio, isso também já não acontece mais. Isso tem quinze anos! Então, será que daqui vinte anos para frente nós vamos estar aqui reunidos e discutindo de novo. Será que ainda vão ter peixes nos rios para nós ainda estarmos fazendo Audiências Públicas para tratar de pesca?

A senhora colocou uma faixa aqui do art. 25 e embaixo a senhora colocou: Pesque e solte é um crime. Mas, então, vocês também são criminosos? Não são! Vocês também têm que fazer o pesque e solte. O peixe, quando está fora de medida, o que a senhora faz? Não o solta de volta no rio?

Então, é uma hipocrisia nós falarmos que o pesque e solte mata. Eu faço o pesque e solte há quinze anos e desafio qualquer biólogo que pode colocar e ficar acampado do meu lado. Nunca morreu um peixe nas minhas mãos, nunca. O que nós tentamos fazer, através de programa de pesca, é ensinar a forma correta de como pescar e soltar o peixe.

Lindemberg você também colocou a questão das ONGs. Ela tem dúvida interpretação e você também não está errado. Vamos colocar de exemplo o ICMBio, o Instituto Chico Mendes, que atua hoje junto com o IBAMA. Esse é um exemplo de uma coisa que deu certo. Como existem também várias situações: existem juízes, existem Deputados, existem pessoas que agem corretamente e existem pessoas que agem incorretamente.

Nós também enxergamos o ponto fraco da fiscalização. Quem sabe se o próprio Instituto Chico Mendes não viesse a somar junto com o Estado na parte da fiscalização? Porque vocês também são prejudicados quanto a isso.

A alteração da lei enxergo também como um ponto positivo, mesmo que doa para nós hoje. Proibição da pesca. Não é proibida a pesca! Você pode pegar o seu peixe, comer o seu peixe na beira do rio, o que está sendo proibido é o transporte nesses três anos. Não funciona? Não é bom? Vamos nos reunir, vamos sentar todo mundo e achar uma solução, porque é indiferente de associação, de turismo.

Outro ponto também, Deputado Sebastião Rezende, que eu acho interessante é por que foi cancelada Alta Floresta? Porque Alta Floresta hoje é o maior exemplo que temos não em Mato Grosso, mas sim no País de que pesca esportiva funciona, o pesque e solte.

Vai lá e pede para um pescador que era pescador profissional... Quem mais conhece o rio aqui são vocês, pescadores profissionais.

Eu, quando comecei o programa de pesca, fui para o rio Cuiabá, para nossa bacia, em Poconé, e fiquei praticamente três meses direto no rio aprendendo a pescar com ribeirinho, porque, Lindemberg, você sabe, o cuiabano sente o cheiro do rio, sente o cheiro do peixe. Era a coisa mais gratificante você ver um pescador jogar tarrafá para pegar isca na boca da lagoa. Eu falava: Joga o peixe ali. Está borbulhando. Ele falava: “Ah, isso aí é só piquira. Não adianta.” Ele sabe, pela borbulha do peixe que está vindo, qual é o peixe.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Outro ponto também que temos que colocar seriam as parcerias. Para quê? Se hoje não funciona, se hoje não dá a questão do pescador profissional, vamos trazer, Lindemberg, os pescadores profissionais como guias de pesca, porque esses sim são as verdadeiras pessoas que conhecem o rio.

Hoje, eu atuo como guia de pesca em Garantã do Norte. Trabalhei onze anos como assessor do Deputado Pedro Satélite na Assembleia Legislativa, e, hoje, eu vivo do peixe aqui em Garantã do Norte. Hoje tem um potencial ali, com as usinas que colocaram também, construíram quatro usinas no rio, e nenhuma tem distribuidora de peixe. Aí sobrou lá em cima o trairão. E eu descobri um mercado para atender o turista pescando só trairão.

Eu vejo que, hoje, por exemplo, você pegar e falar: Ah, eu sou pescador profissional, eu vou ao rio. Eu costumo falar: Eu odeio matar peixe, por quê? Primeiro porque eu não gosto de limpar o peixe, porque machuca toda a nossa mão; e segundo porque eu estou matando o meu sustento ali também.

Eu ganho mais dinheiro com ele vivo do que morto. Então, nós temos que somar essas coisas, parar de brigar lado “a”, lado “b” e lado “c” e nos juntar em forma de um bem comum, que é o quê? Salvar o que mantém o nosso sustento, seja eu, como guia, seja o pescador esportivo, seja o pescador profissional. Beleza, meus queridos? Um abraço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Até para responder ao Renê, o objetivo da Assembleia Legislativa foi estrategicamente posicionar as Audiências Públicas nas regiões.

A Colônia de Pescadores Z-16, como ela está instituída aqui, houve a solicitação para que pudéssemos fazer aqui em Sinop. E aí todas as pessoas da região norte do Estado viriam para Sinop. Foi exatamente por esse motivo que se optou por fazer em Sinop.

Eu fico muito feliz com a sua presença aqui obviamente representando o segmento do turismo que faz a pesca esportiva, o pesque e solte.

Nós temos o entendimento de que o esportista que faz o pesque e solte; aquele turista que gosta do pesque e solte, obviamente estando acompanhado de um profissional que tem habilidade na hora de fisgar o peixe para cuidar que ele não sofra nenhum dano... E você colocou que durante todos esses anos você tem a convicção de que nenhum peixe morreu ao ser fisgado, até porque você tem esse cuidado. Você soltou o peixe e ele não morreu.

É importante desde que seja feito de forma disciplinada, com a orientação de uma pessoa profissional, e nós temos defendido que essa atividade ocorra. Não há nenhum questionamento sobre isso.

Passo a palavra, agora, ao Vereador Mauro Garcia, do nosso querido Município de Sinop.

O SR. MAURO GARCIA - Bom-dia, Sr. Presidente, Deputado Sebastião Rezende; Deputado Baiano Filho, em nome do qual, cumprimento todos os Deputados; demais componentes da mesa.

Bom-dia a vocês, pescadores profissionais e amadores que estão aqui; empresários, enfim, Sr. Presidente, todos que estão nesta Audiência Pública.

Eu, que sou legislador, Vereador há dez anos aqui, comentava com o Deputado Baiano Filho, Sr. Perdigão, que esta é uma das maiores Audiências Públicas, se não a maior, que vejo acontecer aqui, audiência de participação das pessoas do Município de Sinop.

É importante discutirmos essa Lei da Pesca; é importante discutirmos as leis que estão sendo feitas e aqui não estou para dizer quem errou ou quem acertou ou quem deixou de errar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Eu acho que na discussão temos que achar alternativas.

Dizer que a SEMA tem dificuldade de fiscalização, não é de agora! Vamos parar de mentir para nós mesmos! Isso é do passado! Vem ao longo do tempo! Falar que o IBAMA nunca fez nada é a grande realidade ao longo do tempo. Eu moro há trinta e três anos em Sinop e sei do que estou falando aqui. Agora, temos que achar uma alternativa.

Qual seria a alternativa, Sr. Presidente?

A primeira delas: para o pescador amador a carteirinha... Eu não estou aqui dizendo que se tem que criar um imposto a mais. Estou dizendo que o imposto que é recolhido do pescador amador, deveria ser colocado para fiscalização na beira do rio. E cabe aos senhores fazerem emenda no Projeto; dizer que o dinheiro que entrar da carteirinha do amador é especificamente para fiscalizar a beira do rio. Nós não precisamos criar uma lei a mais, porque se tiver uma fiscal no rio, ele vai passar lá e dizer: “Olha, você pode pegar cinco, dez quilos, mais um exemplar. Cidadão, cadê a sua carteirinha?” “Ah, eu não tenho”. “A sua tralha está apreendida, porque o senhor não tirou a carteirinha.”

Se houver dez mil pescadores no Estado, teremos quantos mil? Como pode ser resolvido? É muito fácil criar uma nova lei!

Eu vejo aqui vários segmentos dizendo: “Olha, o pescador profissional acaba com o rio. Não, é o amador! Não, é o da pesca esportiva!”. Todos têm a sua parcela de culpa, mas se esqueceram de falar aqui que o veneno mata peixe, que a hidrelétrica vai acabar com o peixe.

E quando se fala em hidrelétrica, Remídio, você, que foi pescador profissional... E eu defendo a classe dos profissionais sabem por quê? Porque na primeira oportunidade que o Remídio teve para deixar a pesca profissional, porque a sua vida melhorou, ele não foi mais para a beira do rio pescar. Não é questão de eu querer, mas, sim, opção de vida.

E esses senhores que estão aqui discutindo, Sr. Presidente, estão perdendo dinheiro. Por quê? Porque não estão pescando. Se não estão pescando, faltará no final do mês na sua conta. Esta é a grande realidade que tem que ser discutida aqui, nesta Audiência Pública.

Ora, foi feita uma lei anteriormente. Muito bem! Que bom! Naquele momento, tiraram até o trapiche dizendo que era pesca predatória. Depois, a revogaram e fizeram... Onde é feita a lei? Dentro do gabinete. É para melhorar? É para tentar melhorar!

Talvez, a descentralização, Sr. Presidente, para cada município, para cada região, discutindo o que o município tem, pode ser a melhor opção. Por quê? Porque será discutido em Sinop qual é o período real da piracema, pois, quando a piracema no Estado fecha aqui, ainda, tem peixes desovando. Quando ela abre, tem peixe desovando e o pescador vai para o rio. A realidade daqui não é igual a de Cuiabá; não é igual a do Pantanal. É totalmente diferente!

Falar, Deputado Baiano Filho, em discutir aqui tem que ser muito claro: precisamos verificar qual é a melhor opção. A melhor opção é criar principalmente a fiscalização. E para se criar essa fiscalização tem que se carimbar o dinheiro. E é com os senhores, os Deputados. Por quê? Porque esse recurso só pode ser gasto com a fiscalização no rio. E aquele que estiver ilegal, terá que estar na legalidade. Aquele que está pescando a mais do que tem que se pescar, pagará pelo crime que cometeu.

E, também, Sr. Presidente, há dificuldade do repovoamento. Porque muitos que aqui não falaram, que já foram embora, têm vontade de soltar alevinos; têm vontade de soltar peixe, mas existe uma grande dificuldade porque tem-se ter autorização do IBAMA, autorização da SEMA, que não acontecem, porque não existe vontade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Então, tem que ser criado, na grande realidade, o quê? Um formato para se fazer o repovoamento.

“Ah, Mauro, você tem rancho na beira do rio?” Tenho! “Por você ter rancho na beira do rio, Sr. Mauro Garcia, terá que repovoar vinte mil alevinos de matrinxã, vinte mil alevinos de piau, tantos alevinos disso.”. Tem que ser, mais ou menos, dessa forma. É preciso criar essas alternativas. Eu vou pagar por isso, porque tenho aquele lazer na beira do rio. E não tirar a possibilidade daquele morador de Sinop, da região, porque o único lazer que ele tem não é o *Shopping Center* como tem em Cuiabá, mas, sim, a beira do rio nos finais de semana pescando. E vou dizer: “pescando” entre aspas, porque, se não for feita uma ceva na beira do rio, nem o profissional conseguirá pegar a isca para pegar o peixe. Essa é a grande realidade!

Dizer: olha, nós teríamos a ceva é outra grande balela, porque as cevas continuam acontecendo porque não tem fiscalização. Cada um tem que falar a realidade. Aqui tem pescadores profissionais e eu não estou mentindo, estou falando a realidade.

É preciso parar de falar assim: “o meu segmento não precisa da ceva. Então, eu vou na pesca esportiva.”. Será que você solta mesmo? Será que você soltava no passado? Será que isso é só agora?

Então, nós temos que parar, Sr. Presidente, de criar situações diversas.

Nós temos que criar, Deputado Dilmar Dal Bosco, uma lei que seja para o bem comum de todos.

É preciso repovoar? Urgente! Era para ontem! “Mauro, é preciso parar de pescar por três anos?” Eu acho uma crueldade o que estão querendo criar e não vão conseguir fiscalizar. Será mais uma lei que virá e ficará muito ruim para a Assembleia Legislativa.

Mas eu quero deixar bem claro o meu posicionamento: estão de parabéns os Srs. Deputados!

A única preocupação que eu tenho, Deputado Baiano Filho, é se realmente, depois desta Audiência Pública, Vossas Excelências, que estão se posicionando dessa forma, terão o controle e saberão se a maioria dos Deputados vai atender ao que se está falando nas Audiências Públicas, ao que estamos pedindo. Por quê? Porque eu sei que será outro trâmite na Assembleia Legislativa, assim como é na Câmara de Vereadores. Aqui nós estamos em quatro, cinco, mas é preciso mais, a maioria dos votos. E aí já passou uma vez e vai ter que ter o poder do convencimento de revogar a lei ou de mudar a lei. Então, é por isso que eu falo que é dessa forma.

Olha, nós falamos aqui das usinas, Sr. Presidente. As usinas não são questões que a Audiência Pública ia parar. São questões que o Governo Federal quis fazer e ponto final.

Não adianta falarmos assim: “Oh, nós não viemos nas Audiências Públicas.” Poderia vir todo mundo na Audiência Pública. Todo mundo. Mas elas vão acontecer. Infelizmente, é uma realidade.

Eu tenho, talvez, um defeito de falar aquilo que vejo e tenho certeza que estou falando, não escondo.

Deputado Baiano Filho, eu não escondo o meu pensamento e o meu posicionamento. Eu falo a realidade. E a realidade é que se precisa criar, sim, uma forma de carimbar o recurso. Aí eu acredito que a fiscalização vai acontecer no rio, não só como acontecia no passado.

Tem orçamento na SEMA? Tem. Como a SEMA de Sinop é engessada e não pode liberar um monte de coisa, ele corre para o rio. Quando ele chega ao rio com um barco, dois barcos,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

os pescadores, todos. “Oh, a SEMA está aí.” Some tudo. É verdade! “Oh, os homens estão aí.” Somem tudo.

Agora, coloque estrutura para ter pescador região por região, cada 30, 20, 10 quilômetros, e todo dia passa, olhando na barranca do rio, olhando o profissional, olhando aquele que faz a pesca esportiva, verificando se a traia dele está em dia, se ele está com a carteirinha, se o imposto está junto, resolve. Pelo menos resolve.

E essa medida é a que pode ser tomada o mais rápido possível, Deputado Dilmar Dal Bosco, porque depende da emenda dos Deputados do Estado de Mato Grosso.

Perdão aí por expressar desta forma, mas eu acho que nós temos que achar uma alternativa para todas as classes. Todas.

É dessa forma que eu me expressei e gostaria de agradecer a oportunidade de falar aqui. Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu vou passar a palavra ao Sr. Paulo Eduardo Ribeiro Silva.

O SR. PAULO EDUARDO RIBEIRO SILVA - Bom-dia aos componentes da mesa e aos demais presentes.

O que nós estamos vendo aqui é muita demagogia. O Estado foi omissivo durante décadas e agora, infelizmente, os Deputados, pelo que estamos vendo, vão atender o clamor público, vão se arregar da lei. Se for necessária a criação da lei é porque chegou num colapso. Se o Estado não tivesse sido omissivo por tanto tempo, hoje teria peixe para todo mundo.

Nós vemos aqui a questão da lei que está em vigor e não é fiscalizada. Tem pessoa aqui que se diz empresário, mas entrega peixe no mercado, porque para ser pescador profissional não pode ter outra profissão. Então, são algumas coisas que nós vemos que não são coerentes.

A pesca esportiva, o pesque e solte, onde foi implantado funcionou. No Rio Paraguai nós temos hidrelétricas, mas lá para o lado da Argentina funciona; no Uruguai também funciona e aqui não funciona por conveniência. Novamente, nós temos um projeto que foi técnico e agora vai ser modificado por conveniência. Isso é uma realidade.

Quantas pessoas eu vi neste plenário, hoje, que discursou, mas que na beira do rio eu já vi com rede, com ceva. Tem pessoa aqui que, além de ter a ceva, tem ela antes dos duzentos metros de uma corredeira ou de uma queda d'água, que a Lei nº 9.096 já proíbe isso. Mas está lá com a sua cevinha e com o seu tratador.

Um cidadão pediu que fizesse uma análise de água aqui, na região do Teles Pires. Vocês sabem o que vão encontrar? *Shoyu*, molho de soja. O que se joga de soja nesse rio é um absurdo e é criminoso, porque modifica a fisiologia e o comportamento dos peixes. Isso é fato, foram feitos os estudos. Mas aí todo quer continuar o quê? Conveniente.

Agora, o que é melhor? O Estado é uma democracia, nós temos aqui uma classe, não temos aqui toda população, faz um referendo para ver a opinião de todo mundo. Agora, pegar uma classe... Eu sou pescador amador, como o meu peixinho na beira do rio e já levei peixe para casa, mas concordo que chegou ao limite. Chegou ao limite. E com o desenvolvimento pode ser um choque de ordem agora, mas, no futuro, em pouco tempo, cinco anos, até os próprios pescadores profissionais poderão migrar para a pesca esportiva como guia de pesca, vendendo isca e tem outras alternativas.

Agora, o que estou vendo é que os senhores vão arregar.

Era só isso. Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Sr. Paulo, o objetivo da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Audiência Pública é exatamente dar oportunidade para que todos, que foram impactados de forma direta ou indireta, possam se posicionar da forma como o senhor está fazendo aqui.

Nós tivemos o cuidado, inclusive, eu já disse e reitero, fui voto vencido... Eu entendo que o Projeto de Lei impactou muito forte, poderia ter estudado alternativas que não trouxesse tanto impacto e nós tivemos o cuidado, inclusive, de não realizar essas Audiências Públicas no período eleitoral para que isso não fosse utilizado como objetivo eleitoral. O que nós queremos é que todos os agentes, todos que estão envolvidos, tenham oportunidade para se manifestar.

Agora, o que nós estamos observando é que há um anseio muito forte dos pescadores profissionais que estão presentes. Se nós formos pedir para levantar as mãos, eu sei que muitos pescadores profissionais já saíram, mas a grande maioria, que aqui está, é de pescador profissional.

O nosso desejo é que todos, aqueles que são favoráveis, que são contrários à Lei, estivessem presentes, manifestando-se, da forma como o senhor está. Foi importante o seu posicionamento. Pelo que nós sentimos, o senhor é plenamente favorável à Lei da forma como está e é um posicionamento que tem que ser respeitado.

Passo a palavra ao Sr. Arnaldo Augusto, que é Superintendente de Procedimentos Administrativos da SEMA e que neste ato representa o Secretário.

Nós justificamos a ausência do Secretário e é por isso que o Arnaldo ficou por último, porque tem condições, depois de ter ouvido os questionamentos, que foram muitos... Inclusive, em todas as Audiências Públicas tem sido uma constante a questão da fiscalização e muitos outros pontos que são de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

Inclusive, Arnaldo, nós tivemos numa das Audiências Públicas a fala de pessoas da plateia, dizendo: “olha, a carteirinha do pescador amador, que é expedida pelo Governo Federal, custa sessenta e cinco reais; aqui, do Estado de Mato Grosso, custa cento e quinze reais. E é importante que você nos subsidie, enquanto Deputados Estaduais, porque nós estamos dispostos, na Assembleia Legislativa, a votar um Projeto de Lei e diminuir essas taxas, se for o caso.

Já com sugestões do Vereador Mauro e do Deputado Baiano Filho que esse recurso seja inclusive destinado para a fiscalização das carteirinhas que são expedidas, que são cobradas.

O que está acontecendo é que hoje até o pescador amador não quer mais fazer a carteirinha de Mato Grosso, ele prefere fazer a do Governo Federal, porque é muito mais barata.

Então, é importante, para incentivar que o pescador amador faça a sua carteirinha do Estado de Mato Grosso, que diminuamos esse valor.

Estou falando isso como sugestão - a do Ministério da Pesca custa sessenta e cinco - que, na pior das hipóteses, que fique de valor igual.

Passo a palavra ao Sr. Arnaldo Augusto.

O SR. ARNALDO AUGUSTO DORILEO LEITE - Bom-dia ao Presidente da Mesa, Deputado Sebastião Rezende, na pessoa de quem eu cumprimento a mesa e os demais representantes aqui.

Estou neste representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho. Estávamos vindo ontem de carro para cá, houve um contratempo, o Secretário teve que voltar e pediu para que eu o representasse hoje nesta Audiência Pública.

Como o Deputado está colocando, a parte referente à cobrança de taxas, não são efetuadas diretamente pelo órgão ambiental, ele chegar e falar: “é cento e dez, cento e vinte, sessenta e cinco”. Todo um estudo é feito, é encaminhado e é decidido qual valor deve ser cobrado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Eu acho interessante que isso seja feito e traga um valor acessível para a população que usa.

Eu estive conversando com o colega Lindemberg - eu o chamo de colega porque ele é Conselheiro no Conselho Estadual do Meio Ambiente e eu trabalhei lá durante seis, sete anos - e nós discutimos muito sobre a legislação de pesca e sobre a cobrança da carteirinha, bem como também da instituição, que foi muito dito aqui hoje, da criação, ou da implantação do Conselho Estadual de Pesca.

Isso não diz respeito tão-somente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Isso é uma obra, um dever do Governo do Estado. A SEMA é apenas um órgão gestor da política ambiental do Estado que segue a legislação que é voltada pelos Srs. Deputados.

Então, voltando ao que o Lindemberg falou, essa vontade política tem que existir, porque é muito fácil chegar hoje aqui e falar: “Olha, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente é inerte. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente não se posiciona”. Pelo contrário, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente se posiciona sim.

Foi dito aqui até pelo Deputado Federal que se encontrava que os servidores públicos que hoje labutam, que trabalham no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente são servidores altamente preparados, são servidores que se preparam, que fazem especialização, mestrado, doutorado, mas, para isso, eles bancam do próprio bolso. O próprio Governo do Estado não chega hoje e diz: “Olha, eu vou financiar para você fazer um curso.”

As condições de trabalho hoje, não só dentro do órgão ambiental, como do Governo do Estado como um todo, está difícil, complicada. Isso precisa ser analisado.

Eu não sei se consegui responder as perguntas que o senhor fez.

Agradeço a todos. Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu quero passar a palavra ao Sr. Alair Antônio Elgert.

O SR. ALAIR ANTÔNIO ELGERT - Bom-dia!

Cumprimento o Deputado Sebastião Rezende, e em seu nome cumprimento a todos.

Eu moro aqui há 34 anos. Como desisti do jornalismo, eu queria iniciar na área de piscicultura, mas senti dificuldade de achar alevinos e tecnologia.

Escrevemos um projeto junto com Liliane de Matos. Esse projeto de Centro de Tecnologia de Produção dos Organismos Aquáticos não é só peixe, é rã, jacaré e camarão de água doce. Procuramos a tecnologia na ESALQ de Piracicaba, na Escola Superior de Pesca de Recife, estivemos duas vezes no INPA e na Usina de Balbina, que hoje é excelência na América Latina em peixe de água doce, o melhor peixe da Amazônia.

Esse projeto que estamos trazendo vai premiar muito os pescadores que vão se tornar piscicultores, principalmente com evento das usinas, onde eles vão poder usar muito tanque-rede. Esse estudo aqui também vai fazer com que a tecnologia de pescado distribua alevinos durante o ano inteiro, não só alevinos de Piracema, vai fazer com que formemos um mercado de peixe, tendo alevino o ano inteiro. Acontece, como aconteceu em Lucas do Rio Verde, que o cara está com 900 toneladas de peixe, tendo que vender por um subpreço porque tinha que se desfazer dos peixes. Se ele tivesse uma opção para ter alevinos durante todos os meses do ano, ele teria feito parcelado suas engordas e atendido o mercado, que é a demanda.

Também vai ser premiada a tecnologia de ração e também o Centro de Alevinagem vai comportar vários laboratórios. Esses laboratórios vão fazer com que alunos da escola técnica, da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

escola estadual, da Universidade Federal, venham participar desse treinamento junto com professores, junto com o pessoal da EMBRAPA. Lá no mesmo pátio estarão pescadores, piscicultores, professores e técnicos, com um ganho muito, fazendo com que possamos capacitar esses pescadores para tomar dinheiro público também com uma taxa de sucesso vai ser muito maior.

Eu gostaria que o Executivo abrisse um espaço para discutirmos junto com os professores em outro evento, porque aqui já está no final e não queremos nos alongar, inclusive trouxemos fotos, que nos foram proibidas divulgar, do encontro que tivemos em Balbina. Eu queria aqui mostrar que estamos fazendo tecnologia de ponta nesse projeto e queremos apresentar para as colônias, queremos discutir com vocês de Sinop, Peixoto de Azevedo e outras cidades esse projeto, para mostrar o quanto é importante fazermos essa integração, com alunos formados na área de veterinária, de biologia e zootecnia que não têm nenhuma prática e aqui nós queríamos fazer com que esse pessoal se reciclassem conosco, dando a opção da piscicultura tecnológica para a região. Isso ajudaria muito.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Sr. Alair, é por isso que nós temos defendidos o Conselho Estadual de Pesca, porque um projeto como esse, com a presença, com a existência do Conselho Estadual e representantes do Governo do Estado e segmentos de universidades, todos no Conselho, seria o fórum ideal para que um projeto como esse que o senhor está estabelecendo pudesse ser discutido. Nós estamos defendendo exatamente que isso aconteça. Já há a sinalização do Governo do Estado nesse sentido em função de todo esse trabalho que está sendo feito agora com as Audiências Públicas, demonstrando para o Governo do Estado o tempo que nós perdemos com a não existência do Conselho. Se isso tivesse ocorrido lá atrás, talvez não tivéssemos necessidade de estarmos travando essas discussões agora.

Mas sempre há tempo, Deputado Baiano Filho, e nós estamos nessa luta, os Deputados Estaduais, entendendo o quanto é importante rever algumas situações, alguns conceitos e todos trabalhando para que, efetivamente, possamos atender o anseio da sociedade.

Eu passo a palavra a mais um inscrito, Sr. Luiz Alves de Lima.

O SR. LUIZ ALVES DE LIMA - Bom-dia a todos vocês e a todas as autoridades que fazem parte da mesa, em especial a dona Lulita e ao Lindemberg, Presidente da Federação Mato-grossense dos Pescadores Profissionais.

Eu ouvi desta tribuna um rapaz de Guarantã do Norte falando que o pesque solte não é um crime. Eu, como Presidente da Colônia Z-21, sendo que Guarantã do Norte hoje está na nossa área de abrangência, companheiros, acho que, companheiro, se você é pescador amador esportivo, se você nunca pegou um peixe que morreu, você não é pescador! Desculpe-me, mas isso é uma utopia. Porque, se você pescar qualquer bagre, o anzol, dependendo de como é, vai para a barriga dele e, se você tentar tirar, ele é um peixe morto.

Eu quero fazer das minhas palavras um pouco de tudo que o Lindemberg e a dona Julita disseram. A Colônia Z-21 dá todo o aval a eles e os pescadores também. Além disso, quero cumprimentar os Srs. Deputados, em especial os Deputados da nossa região: Deputado Pedro Satélite, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Baiano Filho, Deputado José Domingos Fraga, que não está aqui, e também o sucessor do Deputado Nilson Santos, de Colíder. Por favor, pressionem o Governo para o CEPESCA funcionar! Porque o CEPESCA vai ter representante de todos os segmentos, de todas as regiões e de todas as bacias. Vejam as medidas que a dona Julita colocou aqui. Como é que pode comparar medidas da Bacia do Prata com a Bacia Amazônica? Se tivermos que pegar um pintado de um metro e dois centímetros, os pescadores profissionais estão mortos de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

fome. Os pintados daqui são menores do que de todas as bacias. Analisem isso com carinho, vejam e façam, porque o CEPESCA pode fazer convênio para fazer um estudo dessas Bacias, principalmente quanto às medidas.

Quero falar para o assessor do Deputado Zeca Viana: Por que o Deputado, que é da região de Paranatinga, não andou na região norte, no Baixa Araguaia, para ouvir os pescadores, como ele disse aqui que tem que se fazer audiências públicas? Ele tinha que andar e ouvir as bases, e não ouvir o Presidente da Colônia não. Ele tinha que ouvir os pescadores! Peixoto de Azevedo tem uma comunidade ribeirinha. Vá lá, sente-se com ele, vá comer um peixe na casa de um pescador e veja qual é a realidade de um pescador profissional.

Fala-se que vai proibir o estado pesqueiro. Eu ouvi o Vereador de Sinop falando do veneno, foi falado das hidrelétricas e do desmatamento das matas ciliares que assoreiam os rios, dos garimpos, tanto que a SEMA e o IBAMA estão em Peixoto de Azevedo agora fazendo o maior erro, porque inclusive o sistema de água de Peixoto de Azevedo agora, há dois dias, foi parado por causa da água suja dentro do rio Peixoto. Será que o pescador tem essa condição de fazer isso? Tudo que hoje se faz cai sempre nas costas do pescador profissional.

O Vereador aqui citou o piraíba, Companheiro, eu, numa Audiência Pública em Cuiabá, fui um dos que defendi a pesca do piraíba na Bacia Amazônica. Por quê? Porque para muitos, para nós aqui é o piraíba; na Bacia Amazônica, aqui no Araguaia, tem lugar aí que é o filhote. Como que você vai pegar um piraíba e, depois dele pego, você vai soltar ele? Em nossa região aqui quase não tem mais, porque as próprias barragens não deixam mais os bichos subirem e, se sobem, é uma raridade.

Falar da SEMA: falta aparelhamento, falta material humano para fiscalizar. Eu vou dar dois exemplos de dentro da minha região, Peixotinho I e Peixotinho II. Em Peixotinho I, você subindo, têm fazendeiros que estão empurrando o desmatamento para dentro do rio. Em Peixotinho II tem sitiante que está cortando árvore para ninguém passar, para dificultar para os pescadores, porque o rio é estadual ou federal.

Falaram aqui, Deputado, dos recursos da carteirinha do pescador amador. Quero falar isso para o Deputado Federal Nilson Leitão, para o Deputado Federal Roberto Dörner: vamos fazer um projeto que não é só a multa da carteirinha de pescador, não. Vamos acabar com essas multas faraônicas desses cidadãos que desmatam à beira do rio, que cobram dois milhões, cinco milhões, isso é uma utopia, porque o Estado nunca receberá. Vão arrumando advogado e vai prorrogando prazo. Agora coloque uma multa mais barata para ele repovoar e recuperar as matas ciliares nas áreas deles. Seria o caminho.

Então, pessoal, esse é o nosso recado. Eu quero dizer a todos que a Colônia Z -21, como se diz, apoia os pescadores amadores, porque não é justo o cidadão trabalhar de segunda a sábado e, no final de semana, não ter aquele divertimento para relaxar do estresse do dia-a-dia de seu trabalho. É como se diz: ele vai lá, está pescando, comendo uma carne, às vezes, tomando uma latinha, joga uma linha lá e por sorte pega um pintado de cinco quilos. Ele vai comer esse pintado sozinho? Não tem jeito! Ele vai levar para casa.

Vamos fazer essa lei, já que a antiga lei, sem ser essa, é a lei de que nós precisamos. É como se diz: fiscalizar sim, mas com a SEMA bem aparelhada, os órgãos, como JUVAN e Polícia Ambiental, bem aparelhados, porque, sendo aparelhados, com certeza, a coisa... Não é o pescador amador nem o pescador profissional que estão acabando com os peixes de Mato Grosso não. O desmatamento acaba, através dos assessoramentos, o veneno, tudo, têm vários fatores, como as hidroelétricas que acabam com o rio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

E quero dizer mais: os pescadores amadores e os profissionais geralmente já preservam, porque eles têm a preocupação que eles só vão aos finais de semana. O amador sabe que ele depende, por isso ele precisa manter, como disse o rapaz aqui também. Como vamos dar subsistência? Se cria uma lei dessa vai tirar emprego dos criadores de minhoca, dos guias turísticos. Meio mundo de pessoas vai ficar desempregado. Então não é bem assim!

Por isso, em primeiro lugar, Deputados, por favor, coloquem o CEPESCA para funcionar. A Federação das Colônias tem trabalhado incansavelmente em defesa dos pescadores, orientando os pescadores que eles têm que preservar.

Lindemberg, parabéns!

Dona Julita, a senhora tem feito um trabalho brilhante, que é a nossa companheira da nossa Região Norte.

Podem ter certeza, Deputados que são da nossa região, que vamos cobrar melhoria, não para liberar totalmente, mas, pelo menos, se a lei antiga tiver alguma mudança, que favoreça tanto o pescador amador quanto o pescador profissional.

Eram essas as minhas palavras! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Quero lhe dizer, Sr. Luiz, Presidente da Colônia de Pescadores Z-21, de Peixoto Azevedo, que nós estamos nessa empreitada há algum tempo para ver o CEPESCA instalado.

Na última Sessão na Assembleia Legislativa nos mobilizamos, capitaneados pelo Deputado Riva, que é Presidente da Casa, exigindo do Governo do Estado que efetivamente o Conselho Estadual de Pesca, Lindemberg, seja instalado. E as adequações que eventualmente forem necessárias na lei serão feitas, porque a instalação é uma questão de urgência.

Como dissemos: já perdemos seguramente três anos e seis meses. O ideal era que a Lei nº 9.096, entrando em vigor, logo em seguida, o Conselho Estadual de pesca fosse instalado. Mas, ainda, foram dados cento e vinte dias para que ele seja instalado. Infelizmente, isso não aconteceu, embora tenhamos cobrado durante esse período. Mas, agora, com a mobilização de todos os Deputados Estaduais... E não tenho dúvida que ficou muito claro, evidente, o quanto o Conselho Estadual de Pesca faz falta.

Então, eu creio que nós faremos uma mobilização de todos os Srs. Deputados exigindo do Governo que efetivamente isso aconteça.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Talmai Martins, que estava inscrito. Ele teve que se ausentar, mas está de volta.

O SR. TALMAI MARTINS - Bom-dia a todos!

Eu sou de Lucas do Rio Verde.

Parabenizo toda mesa e os que estão nos assistindo até este momento.

Eu vou falar sobre alguns assuntos!

Com relação à escada da Usina de Lucas do Rio Verde que foi comentado pelo nosso amigo, eu quero dizer o seguinte: há uns dois anos entrou na Promotoria de Lucas do Rio Verde uma solicitação, junto à Promotora, para que fosse feito um levantamento, juntamente com uma Organização Não Governamental ou alguma instituição pública federal, sem vínculo nenhum com a SEMA ou com qualquer outro meio de fiscalização do nosso Estado, para que fossem feitas marcações, que se chama taqueamento dos peixes na usina, para o lado debaixo da usina, e uns 30Km rio acima que fosse feita uma coleta técnica para ver se havia marcações nesses peixes para comprovar se aquela escada, que aqui serve somente como tobogã... Aquela não é escada para subir peixe nenhum!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Isso foi solicitado formalmente. Eu tenho toda documentação comigo.

A resposta que eu obtive dela, mais ou menos, seis meses depois, em função dos técnicos da SEMA, que são os próprios técnicos que autorizam esse tipo de escorregador de água, esse tobogã, foi a seguinte: que esse tipo de problema é menor que o da energia que é mais essencial para o Brasil. Ou seja, um exemplo, com essas usinas, com essas PCHs, toda população que está rio acima sofrerá sempre com a diminuição dos peixes por quê? Porque a SEMA, em Mato Grosso, e os órgãos de fiscalização fazem vista grossa, certeza absoluta, para o tipo de escada de peixe que está ao lado dessas PCHs e usinas que estão sendo construídas. Isso só não vê quem não quer!

Na época, eu comuniquei à SEMA, mas nem nos atendeu, porque estava sem recurso, estava sem isso e sem aquilo. E isso porque há muitas PCHs em construção!

Um dos trabalhos que eu gostaria que a SEMA fizesse é a fiscalização imediata do tipo de escada que há em todas as PCHs em construção e nas que estão construídas e que fosse feito um levantamento por Organizações Não Governamentais ou instituições federais, essas marcações para baixo das usinas e muito para cima das usinas, para vermos se os peixes estão seguindo seu curso normal como era antes de ser construída essa usina. Porque todas as comunidades que estão acima da usina são unânimes em falar que esse tipo de escada que está sendo autorizada pelos órgãos daqui, de Mato Grosso, não está funcionando mesmo. É até piada! Em Lucas do Rio Verde, por exemplo, até convidam: “Vamos ver lá que os peixes estão subindo.”. Estão subindo, mas foi falado aqui, nesta manhã, que os peixes estão se esbagaçando no que sobem e chegam lá embaixo, ou seja, é muito íngreme, é muito declive para o peixe subir e fazer o seu trajeto natural.

Uma das coisas que eu gostaria que acontecesse, se o CONSEMA for efetivado, é que seja feita uma fiscalização imediata das usinas que estão construídas, que estão em construção e, até mesmo, embargar esse tipo de PCHs que estão sendo construídas com esse tipo de escada que está sendo aprovada por esses órgãos ambientais de Mato Grosso.

Falou-se muito em: fiscalização daqui, fiscalização dali. Muitas pessoas daqui, até pescadores amadores e pescadores profissionais, já fizeram denúncias à SEMA, mas infelizmente sabemos que há pouca estrutura. Duas coisas acontecem: pouca estrutura, muito longe dos lugares das denúncias. Então, eu só consigo visualizar uma coisa em função do que nós conversamos com as pessoas: ou é muito longe ou na hora da denúncia alguém ganha para não ir àquele lugar. Agora, esse que ganha, pelo menos, tendo em vista o que escutamos: “ah, a SEMA, de certo, está ganhando para não verificar aquela ceva irregular, aquele espinhel, aquela ceva flutuante, aquela depredação de rede totalmente irregular.”. Isso é feito constantemente!

O Estado tem os telefones para denunciar, os escritórios para denunciar, mas nada é feito.

Então, talvez, achemos uma forma jurídica para que seja criada uma parceria com os municípios ou com a prefeitura para que seja feita essa fiscalização nos municípios que ficam muito mais perto dessa denúncia do que as entidades de fiscalização, como IBAMA E SEMA, por exemplo, ou a própria Polícia Ambiental.

Outra coisa que eu gostaria, também, que fosse feita é a atualização desses pescadores profissionais. Porque nós sabemos que todos os pescadores profissionais têm o Presidente e gostaríamos que fosse feito a atualização cadastral desses pescadores profissionais, porque sabemos que há pessoas que não precisam ter a Carteira de Pescador, mas infelizmente, por apadrinhamento ou por amizade, um ajuda daqui, outro ajuda dali... E são pessoas que não precisam.

Outra coisa que foi falado sobre o pintado da nossa região: uma vez eu conversei com o pessoal da SEMA e o que ele me disse? “Aqui não vai ter pintado de um metro e pouco.” A

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

realidade do pintado na nossa região, que, na realidade é o cachara, é totalmente diferente da Bacia do Pantanal. Ou seja, é preguiça! Do meu ponto de vista, ninguém prova ao contrário, é preguiça e falta de dinheiro para a SEMA ou se fazer parceria com uma com uma universidade federal especializada para fazer que esse tipo de pintado e cachara, que são da região do Amazonas, não tem nada a ver com a outra lá de baixo. Ou seja, a medida daqui, com certeza, vai chegar ao final dessa pesquisa totalmente menor daquela colocada que é proibido pegar pintado ou cachara de menos de um metro. Na realidade, todo mundo que é pescador profissional sabe que não tem cachara aqui com mais de um metro ou um metro e pouco, é tudo pequeno.

Então, eram essas as minhas explicações.

Meu muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu passo a palavra ao Sr. José Malice, último inscrito, Vice-Presidente da Colônia Z-16 e Coordenador Regional de Colíder.

O SR. JOSÉ MALICE - Bom-dia a todos!

Eu sou Vice-Presidente da Colônia Z-16. Sou Coordenador de Colíder, pescador profissional.

Eu gostaria de comentar sobre essa Lei da Pesca que prejudicou bastante. Falaram bastante aqui sobre as usinas.

O nosso amigo Marcos, que está presente, chegou a dizer que não está sendo afetado ainda sobre as usinas.

Nós estamos tendo seriamente um problema em Colíder. Há um ano e pouco começou o canteiro de obras e complicou, porque muitas pessoas estão pensando que estamos sendo prejudicadas com a pesca profissional e amadora. Não. O maior problema da nossa região é a usina.

Eu gostaria de pedir a Vossas Excelências, Deputados, que nos deem uma força, pois estamos com uma ação contra a usina que está sendo feita na cidade de Colíder. Eu tenho as provas, só que não conseguimos, são órgãos, como disseram aí, muito potentes. Nós somos a corda mais fraca, estamos arrebentando e não conseguimos barrar. Nunca vamos conseguir barrar a usina. As usinas, também, são coisas que fazem parte da nossa vida. Então, nós precisamos, sim, tê-las. Mas se eles pudessem reparar esses erros que estão acontecendo e pudessem, pelo menos, colaborar com esse prejuízo que nós pescadores estamos tendo. Nós tentamos de um lado, não aprovam; tentamos do outro... Nós só estamos sendo empurrados. Parece que ninguém está dando atenção.

Eu tenho, inclusive, espalhado na mão do Advogado, na mão da Promotora, as fotos, as filmagens que eu mesmo fiz da usina de Colíder, que hoje é a COOPEL que está fazendo ela. Eu tenho foto de peixe morto, de óleo diesel na água; tenho as filmagens todas com os motores que pegam água do Rio Teles Pires e jogando para dentro da valeta e as outras, também, da valeta jogando. Inclusive, as imagens que eu tenho - se alguém de vocês quiser pode entrar em contato ou perguntar para a dona Julita e pegar o número do meu telefone - sou capaz de enviá-las para vocês. Estão esparramadas em cinco ou seis órgãos para que não dessem problema. É claro que não estou com elas aqui no bolso, porque não poderia estar andando com isso.

Então, são coisas, na verdade, de se admirar o que está acontecendo com essas barragens. Não estou citando só a de Colíder, não, a usina de Manso, de todas as usinas que têm... Inclusive, a COOPEL, se não me engano, tem dezenove usinas em funcionamento.

Eles fizeram uma pesquisa, não a COOPEL, mas, o pessoal fez uma pesquisa de trinta anos na região para fazer essa usina. O mesmo que aconteceu com a Lei do Deputado Zeca Viana, eles não chegaram a fazer a pesquisa para saber até onde iria prejudicar e quem iria prejudicar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC - ,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

O Rogério esteve falando que eles estiveram na audiência. Sim. Eu estive presente e vi debater sobre isso, mas nós não conseguimos barrar.

Então, nós só queríamos que eles olhassem não só para essa lei da pesca, mas, também, para ao lado dessas usinas para ver o que está acontecendo. Na verdade, só quem vê as fotos e as filmagens que eu tenho é que diz: é verdade. Então, essas fotos estão à disposição.

Eu quero agradecer aos Srs. Deputados e pedir, também, que se puderem nos dar a mão para que consigamos, pelo menos, - na verdade, é o Governo - a reparar esses erros que fizeram. Pelo menos, vai se construir usinas? Sim. Mas que façam alguma coisa.

Na verdade, os pescadores de Colíder - nós já temos anos, nós temos a DPI que comprova tudo isso aí - pegavam em torno de cento e quarenta, cento e cinquenta, cem quilos acima. Hoje, nós estamos pegando em torno de vinte ou vinte e cinco quilos. Temos as DPIs para provarem. Inclusive, enviamos para a COPEL, porque fizeram o pedido - foi visto que realmente é o que está acontecendo - que a queda do peixe foi bastante por meio da construção do canteiro de obra.

Eu quero dizer ao Marcos, que disse que aqui não está sendo afetado... Por enquanto, não. Mas na hora que começar o canteiro, por causa das explosões que treme a terra toda, inclusive quando estamos pescando. E quando dá aquela explosão, em vinte, trinta quilômetros, você vê os peixes pulando para cima, vê as matrinxãs pularem e somem. Daí a pouco, você não vê mais nada por ali.

Então, eu quero fazer um apelo a vocês: nós precisamos que os Srs. Deputados, assim como os senhores tomaram frente para derrubar essa lei, para segurá-la, que tome frente, também, para dar força aos pescadores, não só aos de Colíder, que estão sendo afetados, mas de Alta Floresta também, que lá é a Odebrecht, em Paranaíta e aqui, também, de Sinop.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Essa foi a participação do último inscrito na nossa Audiência Pública.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos que se fizeram presentes. Agradecer a presença das autoridades da mesa que ficaram até o final desta Audiência Pública, o Presidente da Câmara de Vereadores de Sinop, Vereador Remídio Kuntz; do Arnaldo Augusto, que representa a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Agradeço a presença do Deputado Pedro Satélite, da mesma forma do Deputado Dilmar Dal Bosco; do Sr. Carlos Toledo, que representou o Deputado Zeca Viana; do Consultor Jurídico da Mesa Diretora, Dr. Xisto Bueno; do Presidente da Federação Mato-grossense dos Pescadores, nosso companheiro Lindemberg Lima; da Srª Julita, que é Presidente da Colônia Z-16.

Agradeço também a presença do Sr. Luiz Alves, Presidente da Colônia Z-21, de Peixoto de Azevedo, enfim, de todos aqueles que participaram desta Audiência Pública, ficaram até o final. Ficam aqui os nossos agradecimentos.

Eu tenho sempre dito que aqueles que têm estado presentes são os que efetivamente estão preocupados e interessados em discutir essa questão. E a Assembleia Legislativa quando vem a Sinop vem com esse propósito de ouvir representantes de toda região e que aqui se fizeram presentes.

Ficam aqui os nossos agradecimentos, dizendo que o nosso trabalho, o nosso propósito é ao final de todas as Audiências Públicas colher resultados que possam efetivamente ser expressos numa legislação socialmente justa, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Pedro Satélite, possa ser economicamente viável e possa também trazer resultados práticos de preservação ao meio ambiente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI Nº 9.794/12 - LEI DA PESC -,
REALIZADA EM SINOP, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS.

Temos esse propósito. Obviamente sabemos da dificuldade para um consenso, mas vamos procurar chegar o mais próximo disso.

Agradeço mais uma vez a TV Assembleia, que transmite ao vivo, via satélite, esta Audiência Pública, toda estrutura disponibilizada, Coordenada pelo nosso amigo o Wanderley, que se faz presente, acompanhando toda a sua equipe nesse trabalho; a Rádio Assembleia, que também se faz presente; todos os Servidores da Assembleia Legislativa, as nossas Taquigrafas, o Cerimonial, fotógrafos, enfim, a toda a estrutura da Assembleia Legislativa ficam aqui os nossos agradecimentos.

O Consultor Técnico-Jurídico está dizendo que o Secretário de Meio Ambiente, Vicente Falcão, se manifestou via telefone dizendo que é solícito e está aberto a todas as sugestões.

E esse tem sido, Deputado Dilmar Dal Bosco, o direcionamento que nós temos ouvido do próprio Governo do Estado nesse sentido.

Eu quero aqui mais uma vez agradecer a presença de todos e, desta forma, declarar encerrada mais esta Audiência Pública, que é a nossa 6ª Audiência Pública, convidando para amanhã, dia 20 de outubro, às 14:00 horas, no Município de Juína, para a nossa 7ª Audiência Pública para discutir a Lei nº 9.794/12 e buscar alternativas que possam vim ao encontro de uma nova propositura.

A todos o meu forte abraço.

Muito obrigado e boa-tarde a todos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
- Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Nilzalina Couto Marques;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia de França Daleffe.